

MAPAS BRINCANTES INICIAM

POR AQUI:

INFÂNCIAS E CIDADES EM COSTURA

Mariana e Companheiras/os de viagem



**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**  
**Instituto de Psicologia**  
**Mestrado em Psicologia Social e Institucional**

MARIANA CUNHA SCHNEIDER

**MAPAS BRINCANTES INICIAM POR AQUI:**  
**Infâncias e Cidades em Costura**

Porto Alegre  
2024

MARIANA CUNHA SCHNEIDER

**MAPAS BRINCANTES INICIAM POR AQUI:**

**Infâncias e Cidades em Costura**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Luciano Bedin da Costa

Porto Alegre

2024

à geração neta, representada pelo meu filho Manoel, ainda no ventre, e  
por meus afilhados Inácio, Manuela e Helena

e à geração avó, representada, em memória, pelo grande mestre  
Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, que já faz falta nesse e em  
todos os mundos,

dedico.

## “QUEM FALOU QUE EU ANDO SÓ?”

Agradeço

à Universidade Pública e todas as suas e os seus defensores, pela experiência transformadora que me fizeram viver.

Ao meu orientador Luciano, que se transformou em um amigo querido, especialmente pela confiança e incentivo – penso que trabalhamos muito bem juntos e por isso reafirmo meu desejo de seguir aprendendo ao teu lado.

Ao meu grande amor, Nicolás, pela vida compartilhada e o cuidado inimaginável que me proporciona e proporcionou, principalmente, nos primeiros meses de gravidez que acompanharam o tempo dessa escrita.

À minha mãe, que sempre sonhou para mim a possibilidade de seguir estudando na vida, minha primeira professora, a mulher que me ensinou a ler e escrever.

Ao meu pai, pelo tempo que temos compartilhado e a história que estamos forjando para nós.

Ao meu irmão, pela lembrança de um sentimento de amor verdadeiro que sempre me faz experimentar quando estamos lado a lado.

Aos meus afilhados, pela infância e o exercício da brincadeira.

Aos meus avós, amparo e proteção.

Aos meus sogros, pela segunda casa.

Ao meu analista, Thales, por todo testemunho.

À Ana – para ti, o indizível das palavras. Tudo em um abraço. Pernas que caminham juntas.

Às amigas Fernanda, primeira orientadora, para quem endereço sempre todas as escritas, minha amora; Brenda, que não arredou o pé todas as vezes que necessitei e me fez apostar em uma vida mais colorida e Bruna, pela inspiração e por ser quem é.

À Escola Neuza Brizola, pelo acolhimento, abertura de portas e trocas.

Aos colegas de mestrado que se tornaram amigos, aqui especialmente representados por Ezequiel, Isafas, Camila e Vanessa, por me auxiliarem a ampliar os horizontes, caminharem ao meu lado no processo de aprender outras formas de aprender o mundo. Vocês mudaram minha relação com o pesquisar e ainda bem.

Aos meus gatos, que circulam bonito pela casa, são companheiros de escrita e me ensinam sobre sensibilidade e liberdade.

Às infâncias – botes salva vidas.

À coragem e ao amor.

Aos poetas e os loucos – não me reconheço sem vocês.

Ao meu filho Manoel. Poesia encarnada, amor desconhecido e avassalador. Por escrever comigo e me acompanhar. Não vejo a hora de renascer ao teu lado.

## **RESUMO**

Qual o lugar das infâncias na construção do mundo em que vivemos, das nossas cidades e dos espaços urbanos? Partir ao encontro de pistas respostas que contribuíssem para o alargamento dessa pergunta e seus desdobramentos foi o que objetivou a presente dissertação. A partir do encontro com as infâncias e, partindo da metodologia da Cartografia em direção às *Cartografias Infantis*, buscamos nos aproximar da problemática das infâncias, suas demandas e seus lugares de participação social, suas táticas de resistir ao modelo adultocentrado em que vivemos e suas palavras desejosas de serem ditas. Para tanto, fora preciso lançar mão de uma revisão epistemológica que caminhasse conosco construindo um pesquisar ao Sul. Amparamo-nos e aprendemos junto às teorias decoloniais para pensar infâncias, territórios, processos de construção e participação urbanos, gentrificação e violência, além de estratégias de subverter a ordem imposta para aventurarmo-nos na brincadeira de sonhar e partir para a construção de intervenções que explicitassem o desejo de vivermos em outras cidades possíveis. Além disso, pensando na metodologia de Cartografias Infantis, descobrimos não ser possível um pesquisar sem o encontro com as infâncias, sem que suas palavras fossem escritas conosco nessa produção, por isso, escrevemos um trabalho que aconteceu também em encontros com crianças da cidade de Porto Alegre/RS, no reconhecimento de Zonas de Emergência de Infâncias e a experimentação, junto delas, de Zonas Autônomas Temporárias produzindo marcas em plano baixo no território da cidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Infâncias. Direito à Cidade. Gentrificação. Colonialidade.

## **ABSTRACT**

What is the place of childhood in the construction of the world we live in, our cities and urban spaces? Finding clues and answers that would contribute to the expansion of this question and its consequences was the aim of this dissertation. Based on the meeting with childhoods and, adopting the methodology of Cartography towards Children's Cartography, we seek to get closer to the problems of childhoods, their demands and their places of social participation, their tactics of resisting the adult-centered model in which we live and their words longing to be said. Thus, it was necessary to make use of an epistemological review that would walk with us building a research from the South. We supported ourselves and learned from decolonial theories to think about childhoods, territories, processes of urban construction and participation, gentrification and violence, besides to strategies to subvert the imposed order enjoying the game of dreaming and start building interventions that would make clear the desire to live in other

possible cities. Furthermore, thinking about the methodology of Children's Cartography, we discovered that it was not possible to research without meeting children, without their words being written with us in this production, so we wrote a work that also took place in meetings with children from the city of Porto Alegre/RS, in the recognition of Childhood Emergency Zones and the experimentation, together with them, of Temporary Autonomous Zones producing low-level marks in the city's territory.

**KEYWORDS:** Childhoods. Right to the City. Gentrification. Coloniality.

*antes de começar*

*ser infância no mundo  
dentro das palavras  
no compartilhar desse tempo que teremos juntas/os/es*

*aquecer o corpo  
infancializar o corpo  
experimentar o corpo  
criançar*

*feche os olhos,  
permita a viagem que as palavras aqui convidam  
sobretudo escute  
sinta comigo  
demore o quanto for preciso*

*e depois se aventure  
no texto  
na vida  
na cidade*

*mapas brincantes iniciam por aqui:*

<https://youtu.be/3TOWwdknIuI>



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapas Brincantes	1
Imagem 2 - Curiosidade	22
Imagem 3 - Leiternura	23
Imagem 4 - Peixinhos do Mar	29
Imagem 5 - A rua também é nosso lugar de luta	35
Imagens 6, 7, 8 e 9 - Mapa Afetivo, Território povoado	40 41 42
Imagem 10 - Caminhante	50
Imagem 11 - Me empresta teus olhos?	69
Imagem 12 - O Mortal que faz viver	76
Imagem 13 e 14 - O asséptico	78
Imagem 15 - O contágio e a Insurgência	80
Imagens 16, 17 e 18 - Brin(colagens)	89 90 91

**FAREJANDO O QUE VEM 12**

*I: CONTAM DE MIM 15*

**UMA FACA SEM LÂMINA E SEM CABO NÃO EXISTE: MINHA INFÂNCIA ENTRE  
RESTOS E RASTROS 17**

**FIO QUE TECE A VIDA 20**

*II: O SORRISO DO SOLDADO 26*

**CARTOGRAFAR, NARRAR, FICCIONAR E ESCREVER: DEVANEIOS POÉTICOS SOBRE  
O MÉTODO 29**

*III: NOSSOS PÉS ANSEIAM OS CHEIROS DAS RUAS: CARTOGRAFIAS INFANTIS PRECISAM  
INCLUIR SENTIDOS OUTROS 34*

*IV: AS CIDADES QUE NÃO FALAVAM ESPANHOL OU A NECESSIDADE DE INVENTAR  
LÍNGUAS COM AS INFÂNCIAS NAS CIDADES 44*

**PODE UMA CRIANÇA FALAR?: VOZES INFANTIS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO E  
NECESSÁRIO ESTATUTO DA CIDADE 46**

*V: FELIZ ANO NOVO: É SEMPRE TEMPO DE REINVENTAR E EMERGIR NA INFÂNCIA 49*

**MAS AFINAL, INFÂNCIA? 51**

**INFÂNCIA E COLONIALIDADE 54**

**CIDADE E COLONIALIDADE: PROJETO DE BRANQUEAMENTO, MITO DA  
DEMOCRACIA RACIAL E GENTRIFICAÇÃO COMO ORGANIZADORES DA VIDA  
URBANA 57**

**POR ISSO CUIDADO MEU BEM, HÁ PERIGO NA ESQUINA? 69**

**COSTURAS QUE URGEM: CIDADE, INFÂNCIA E COLONIALIDADE 76**

**INTERVINDO NO URBANO: TRAVESSIAS POSSÍVEIS DAS ZEIS ÀS TAZs 82**

*VI: VÊ QUE NEM TUDO NO MUNDO CARECE DE EXPLICAÇÃO - “ADULTOS É A COISA QUE  
MAIS ME INDIGNA NO MUNDO” E A PERGUNTA QUE FICA AO FIM DESSE PESQUISAR:  
COMO SALVAR O MUNDO DOS ADULTOS? 91*

**INFÂNCIA, GOVERNABILIDADE DOS CORPOS E INSURGÊNCIAS: PISTAS DO QUE SE  
FEZ E RESTOS DE UMA PESQUISA 92**

*VII: “E QUANDO É QUE VAMOS COMEÇAR A FAZER O QUE EU QUERO?”: A FORMAÇÃO  
OU RECONHECIMENTO DE UM CORPO POLÍTICO 96*

**REFERÊNCIAS 98**

## FAREJANDO O QUE VEM

Acho engraçado que aconteça dessa forma o meu processo e o de alguns amigos que se aventuram pela escrita: eleger as palavras que dão início aos mundos que se abrem com um arquivo de texto é coisa de se pensar só ao final. A proximidade da infância e seu devir brincadeira neste trabalho me possibilitou, no entanto, escrever um pouco de tudo ao mesmo tempo. Abrir texto, brincar de texto, costurar palavras, trabalhar e desfazer o feito a qualquer momento. Escrever com rigor, mas não levar tão a sério assim. Tento, de todo modo, ainda que acredite ser importante que nem tudo tente ser dito a priori... cair de paraquedas nas palavras pode ser também uma bela experiência.

O texto que segue cresceu junto ao desejo de estudar a cidade e seus processos de resistência. Trata-se de um estudo que segue os restos do que começou ainda como Trabalho de Conclusão de Curso em psicologia, quando, ao acompanhar os Chapas<sup>1</sup> que habitavam as margens da BR 116, passo a atentar ao desejo de olhar para os territórios urbanos como contextos que atravessam os sujeitos e se fazem campos potentes de subjetivação. Ali, voltei um olhar mais atento para aqueles que os habitam, permanecem e se demoram em experimentá-los. Isso porque, aproximando-me deles e tecendo em palavras as histórias, surge um gosto especial em olhar àqueles que rejeitam a lógica da anulação da experiência com o urbano. Pensando sobre os que caminham atentos aos mapas que fogem aos papéis, ou mesmo os distraídos que em suas errâncias criam alternativas ao modo engessado de habitar as cidades, emergiu, tempos depois, um questionamento: seria a infância um lugar também forasteiro que, quebrando com um modo hegemônico de habitar os territórios, aprende com a cidade e faz dela campo de ensino de um outro caminhar? Como, no processo cartográfico das infâncias e cidades poderíamos aprender a expor o corpo, abrimo-nos aos afetos, romper com o anonimato e encarar a cidade?

---

<sup>1</sup> É costurando contos e afetos que o desejo de construir um projeto de estudo com os sujeitos Chapas surgiu, ainda em 2018. De três anos de estrada diária para que eu pudesse chegar ao meu local de estágio, na época em Porto Alegre. Cenas cotidianas de homens que beiravam a BR e habitavam esse espaço de um modo absolutamente singular: por vezes em grupos pequenos, quase sempre solitários... sentados, em pé. Chuva, sol, atravessando todas as estações. Os Chapas são trabalhadores que estabelecem pontos nas rodovias para informar caminhoneiros de seu destino e também para efetuar carga e descarga dos caminhões. No percorrer dessa estrada – literal e imaginária – foram se somando composições outras. Tecemos costuras que buscavam compor uma rede de narrativas sobre a BR, a vida nas cidades, o encontro com o urbano, a solidão, o comum. Saímos a ver como os sujeitos nos narram as estradas e, ao mesmo tempo, como os nossos encontros com os sujeitos, suas histórias e a estrada criavam também sentidos outros. Se hoje essa pesquisa se escreve através dos dedos de uma pesquisadora enamorada pelo pesquisar, foi ali que isso se forjou.

De tudo, ainda no início do caminhar e fazer essa escrita, surgiram importantes perguntas para um desassossego necessário ao corpo da pesquisadora: como seria possível se aproximar de tais narrativas? Como escrever *com* as infâncias, cartografar com elas as cidades, ouvir suas demandas e intervir na direção de descentralizar do corpo adulto as escolhas que regem as cidades? Trata-se de um desafio ainda maior, quando lidamos com um modo de pensar a infância ainda como o lugar do que não fala. Em meu encontro com Luciano, uma provocação importante pretende subverter – e de alguma forma se apropriar – disso que é ser um corpo que não fala. Por um lado, a falta, por outro, a bonita potência do indizível: trata-se do “ainda por dizer”. Galeano (2013, p. 23) celebra, em uma de suas crônicas sobre a vida latinoamericana, a voz humana. Segundo ele, quando nos negam a boca, falamos pelas “mãos, pelos olhos, pelos poros ou por onde for”. Também nos auxilia, em sua série “Dizem as paredes” a atentar para o quê, enquanto povos, escrevemos e inscrevemos nas paredes de nossos territórios. Penso que são pistas para que esses encontros produzam possíveis no desejo de fazer uma cartografia com as infâncias e com as cidades, e não apenas sobre elas. Como a cidade e as infâncias também nos falam? O que elas falam? Que infâncias são estas? O que, na relação com elas (cidades e infâncias), queremos comunicar? E como poderemos ouvir, mesmo cercados do concreto dos prédios e dos adultos? Na tentativa de trazer esse recorte latinoamericano e inspirada pelo autor, tomo um de seus modos de olhar para as diversas formas de comunicar e retomo a pergunta, adaptando-a à pesquisa: o que dizem as infâncias *nas* cidades? O que dizem as cidades *sobre* as infâncias? E as infâncias, estão podendo *falar sobre* as cidades? Como podem operar e operam em direção a uma reinvenção da cidade?

Ir ao encontro de pistas-respostas reflete não só um desejo, mas também um compromisso ético e político enquanto psicóloga e cidadã, que instiga que nos coloquemos “a ouvir o estrangeiro que se produz no encontro com o outro” (BARROS, 2013, p. 321). Trago aqui uma tentativa de apresentar os rumos de uma pesquisa. Uma costura<sup>2</sup> de questões que me provocam desassossegos epistemológicos desde os lugares pelos quais passei, na escuta do

---

<sup>2</sup> Ainda na feitura do trabalho de conclusão de curso em psicologia já pensava a pesquisa como uma costura. Ainda penso. Foram quase dois anos de mestrado e escrita até aqui, inúmeros dias, textos que foram e voltaram, incorporaram as vozes e pensamentos de queridos amigos/as leitores/as, longas trocas com meu orientador, imagens, sons, restos das cidades. Costura-se a isso tudo a poesia, tão vital para esse ofício de pesquisar, os grandes autores e autoras, as músicas, costuram-se até os silêncios. Trata-se de uma costura simbólica, mas que quero propor que pensem como concreta também. Palavra a palavra costuradas numa feitura bonita. Na costura caberão ainda remendos, sempre em abertura. Sinta-se à vontade para costurar comigo.

*Diz a mãe: a vida faz-se como uma corda. É preciso trançá-la até não distinguirmos os fios dos dedos. (COUTO, 2015, p. 13).*

trabalho em psicologia na clínica privada, na clínica ampliada, nas políticas de educação, saúde e assistência social, na circulação urbana, e que se somam ao início da caminhada no mestrado e meu encontro com Luciano e sua sensibilidade com as infâncias. Para isso, a proposta aqui colocada se aventurou em algumas veredas: atentar às infâncias que se constroem no espaço urbano, caminhando em direção à um devir infante e forasteiro, cartografar a infância e a criação e/ou reconhecimento de um corpo político, as relações que se constituem no (e com o) espaço urbano e quais as narrativas, imagens e gestos que emergem diante da dimensão da experiência com o urbano.

Findando esse primeiro lugar de apresentar a pesquisa num modo de brincar com as palavras, infantis palavras, começo o percurso de pensar as cidades e as infâncias. No peito uma curiosidade brincalhona, nos olhos um desejo sedento de potentes encontros, cenas, imagens (e já que está autorizado o brincar: sim, aqui são meus olhos que têm sede, sem falar dos ouvidos, claro...). Ao lado, amigos que toparam essa de se aventurar comigo, parceiros de escuta, de olhos sedentos como os meus, poetas, birutas, corajosos/as companheiros/as! Assim vou. Assim vamos.

## **I: CONTAM DE MIM**

*“Bom, eu e a Mariana somos primas<sup>3</sup>, mas temos uma ligação tão grande que nos chamamos inclusive de manas. Tivemos a oportunidade de crescer sendo cuidadas pelos nossos avós Jairo e Lídia, nossos pais trabalhavam muito e nós passávamos muito tempo na casa dos avós. E aí é que tá... a história que eu tenho pra contar da Mariana é de um dia que o nosso avô, Jairo, contou uma história de que quando ele era criança, ele gostava muito de brincar de voar... e que pra voar, ele cortava folhas de bananeiras, prendia nos braços e pulava, batia as asas e voava.*

*A conclusão.... (risadas)*

*Sáímos no bairro procurando folhas de bananeira pra que a gente pudesse voar também. Não encontramos as folhas de bananeiras, mas sim uma folha de uma planta muito semelhante. Cortamos a folha e levamos pro vô, que colou aquelas folhas nos nossos braços pra que a gente pudesse voar.*

*Tínhamos um escorregador no quintal da casa e aí ele nos disse: “vocês sobem lá em cima e pulam batendo bastante as asas”, e a Mariana foi a primeira, ela quis tentar o voo primeiro. Era alto, a Mariana era pequena, devia ter uns cinco, seis anos, não me lembro bem. Mas ela foi corajosa e pulou de cima do escorregador batendo muuuuito as asas... (risos)*

*E claro, caiu um tombo né... inclusive um tombo com um estrondo alto. Meu vô veio correndo, achando que ela ia começar a chorar né, por conta do tombo que acabou sendo grande. Mas antes que ele pudesse chegar perto dela, a Mariana levantou e saiu correndo e batendo as asas e gritando:*

*Eu voei, eu voei, eu voei!*

*(muitos risos)*

*E é essa história que eu me lembro muito e que ficou marcada na minha memória, por que eu acredito que esse tenha sido*

---

<sup>3</sup> Minha prima me escreve com Tomas dentro de si. Tínhamos sido as últimas crianças da família, mas agora acompanharemos os voos desse que, por meio dela, vem.

*o primeiro voo da Mariana”.*

*“Oi meu amor<sup>4</sup>, tudo bem?*

*Então, eu tava aqui tentando tirar da minha cabeça e da minha memória uma lembrança contigo na infância e eu me lembrei do encontro que a gente teve numa passeata do PT, que era na época eu acho do Olívio Governador (1999), enfim... e lembrei disso assim, por que provavelmente a gente não sabia muito bem o que que a gente estava fazendo naquele lugar e tal, que tinha um monte de bandeira, um monte de gente e... eu me lembro de você comendo um salgadinho cheetos e provavelmente eu também queria um salgadinho cheetos pra comer. Mas nesse espaço tinha uma pracinha assim e a gente até não brincou junto, mas tu tava brincando e eu me lembrei disso agora, dessa passeata. Realmente não sei se a gente tava entendendo muito bem aquilo e é engraçado lembrar disso por que é algo que a gente conversa sobre, e a gente se encontrou nesse dia antes mesmo de se conhecer de fato né”.*

---

<sup>4</sup> Companheiro na estrada-vida. Nossos pais iam às passeatas e comícios e nos levavam, não se conheciam. A gente jura que nossa história não começou aos quatorze anos, mas antes, muito antes, nas ruas que se revelavam vermelhas de esperança. Ano passado um amigo dele me contou que na eleição de 2002, aos sete anos, contrariava toda turma da escola que reunia os filhos de uma elite da cidade e bradava pelos corredores do colégio: “eu vou votar no Lula!”

## UMA FACA SEM LÂMINA E SEM CABO NÃO EXISTE<sup>5</sup>: MINHA INFÂNCIA ENTRE RESTOS E RASTROS

Bem me disseram que pesquisa exige um momento primeiro de farejar. Que se bem-feito, torna-se um momento segundo, terceiro e por aí vai: aguçado sem fim de rastejo por entre gavetas, baús empoeirados, altares dos mais variados, cantos da rua, imagens da praça, gestos maiores e menores e um tanto grande de porvires. Gosto de observar os focinhos dos animais fazendo movimentos que apontam na direção de seus olhos, bocas e bigodes (quando têm bigodes, claro) e recentemente, mãe que ainda não sou, descobri vendo a cria de uma amiga recém parida que os bebês fazem gesto parecido quando perto dos seios-felicidade daquela que amamenta. É assim que procuro pistas possíveis para dizer de um eu-pesquisadora e da escrita que aqui pretende apresentar os encontros que só nos dias farejando se fizeram possíveis. Nasce desde já a experimentação de um exercício proposto por Nogueira (2019) de repensar a expressão “visão de mundo” tipicamente ocidental, para uma ampliação desde a afroperspectividade que convoca a um “sentido de mundo”, possibilidade de abriremos os sentidos vários de relação e compreensão com o mundo, inclusive farejando. Apresentar o mundo com o olfato, tato, audição...

Entre as cartas e áudios recebidos pelo pedido de rememoração da infância, memórias reais dos que comigo viveram por lá, e memórias inventadas para uma infância *a posteriori* pelos que circulam por aqui, as fotos guardadas em casa mesmo, ou na casa de alguns familiares, volta e meio me vejo confundida e já não sei se ali estão as histórias minhas ou se acompanho, pelas ruas de Berlim, a infância de Benjamin, e nas de Salvador, as dos Capitães de Areia. Atravessadas as diferenças ora grandes ora quase nem notáveis, percebo que é isso que acontece quando me coloco a escrever. Remexem as histórias em uma espécie de dança de pares, montagens de vidas reais e inventadas, cenas que sobraram por aí e um desejo de ficcionar a beleza e a dureza da vida real. Eu, no interior do Paraná, Benjamin nessa cidade que desconheço ou Pedro Bala nas tantas distâncias entre o Porto Alegre e Salvador. Imagens que dizem de um

---

<sup>5</sup> BENJAMIN (2019, p.288)

Notas minhas a partir de uma passagem de Walter Benjamin:

Uma faca sem lâmina e sem cabo só existe na imaginação das crianças que entram em lugares onde não deviam estar

Ou na coleção de objetos raros de um farmacêutico esquisito

desejo de pesquisadora, esboçam um início de análise de implicação e apontam rastros de como chegamos até aqui.

Começamos pelas vozes que me contam por mim. Polifônica construção no caminho do impossível que é nos apresentarmos para os nossos leitores. É só mesmo na infância que criamos coragem de pular de certas alturas – o fato da ideia ter surgido a partir do meu vô a gente tenta compreender: parece que a velhice e infância se encontram em algum lugar. Vivi em uma infância sem carro por um tempo alargado, o que fazia com que percorresse a pequena cidade paranaense onde a vida acontecia e começava toda a pé. Além das ruas que volta e meia visito nos sonhos, caminho infinito entre nossa casa e os lugares que íamos (quase sempre a igreja), lembro-me que caminhava de mãos pegadas à minha avó. Sem esforço recorro o quente dos seus dedos, e da companhia de meu tio que junto a nós, ia.

Foram anos indo, na inversão dos mapas que questionei até vê-los de cima do avião, anos mais tarde: eu era um corpo atravessado por dois estados. Foram anos vendo a vida passar pela janela de um ônibus que ligava o Paraná ao Rio Grande do Sul, divisão certa dos lugares pai-mãe em minha história. Estradas e fronteiras várias, improvável que esse apaixonamento pelas estradas não se desse desde tão cedo. Na trajetória de formação em Psicologia não seria diferente: que viagem, essa de ir me tornando, dia mais, dia menos, psicóloga, pesquisadora, trabalhadora. É curioso escrever esse fragmento de texto-dissertação precisamente agora... os adesivos de Olívio Dutra para o senado e de Lula para presidente estão por todos os cantos, e as cidades voltam a insurgir vermelhas depois da onda verde e amarela que, nos nossos melhores sonhos, não restará senão em anos de copa. Vinte anos mais tarde àquela passeata da memória parcialmente real e inventada contada por Nicolás e do encontro dos nossos corpos, pequenos corpos, tecendo-se e reconhecendo-se como políticos – até hoje, todos os dias.

Aí vem esse encontro com a formação profissional, o acesso à universidade, graduação, mestrado. A vivência com uma galera implicada e engajada movimento estudantil adentro, passagem pelas políticas públicas afora, tudo costurado com a linha militante que herdei da minha mãe, mas aquecido pelas palavras de companheiras/os outros/as. Há poucos anos, nessa trajetória, recomeço a olhar para esse corpo Mariana-criança. Tem algo que hoje não sei dizer se começou lá, precisamente na infância, mas que para falar *com* a minha infância, dificilmente será história que outros dirão de mim, então direi eu mesma: será que lá atrás, pequena Mari, percebíamos, mas não nomeávamos? Sequer percebíamos, imersas na bolha em que fomos criadas, em uma proteção do pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022) que conhecemos

hoje? Quais os rastros e registros surgem dessa memória primeira? Quais os signos, palavras, ritmos, imagens e silêncios (sobretudo silêncios) foram compondo essa dança? Bem, falemos: fui eu uma criança branca. E é também daqui que escrevo... convocando essa infância e vida marcada pela branquitude, uma pesquisadora branca. Olho as horas... são como uns vinte e tantos anos atrasados, mas sinto ser necessário driblar o tempo e me demorar quanto seja preciso. Milton Santos (1997) faz uma relação entre a cidade e o tempo, apresentando a ideia de que esse tempo de feitura dos sujeitos do urbano (sobretudo brancos) aponta para um tempo universal que rege os tempos dos demais, uma temporalidade hegemônica – é com isso que se pretende romper. Os tempos dos nascimentos e rompimentos são outros. Na escrita que se inicia, também aqui tem algo a nascer e romper. E o bonito de inspirar coragem para nascer aqui, no momento em que cai por terra o mito da democracia racial desse país, é que poderemos talvez testemunhar essa insurgência desde o poderoso reflexo dos espelhos de Oxum.

E desse dizem e digo de mim, encerro iniciando essa apresentação que não está separada de nenhuma outra palavra que virá a seguir. São os dedos de uma pesquisadora latina e mulher. Mulher branca reconhecendo, pensando e tensionando sua branquitude a partir do processo de reaprender a aprender com outras epistemologias e ciente dos muitos compromissos a serem assumidos para caminharmos em direção de uma reparação da dívida histórica da branquitude: os dedos da ponta de asa de bananeira que aqui escrevem. A verdade é que escrever nos tempos de agora, onde cabeças rolam pelas ruas da capital gaúcha nessa sem-fim guerra aos pretos e pobres deste país, onde as mulheres são violadas dentro dos equipamentos de saúde, escrever nos tempos do bolsonarismo, convoca a mesma coragem que se lançar em asas de bananeiras. “Sejamos realistas, exijamos o impossível!” – diziam as paredes em maio de 68. Anseio que as cidades, e sobretudo as pessoas das cidades, asas quebradas desses nossos dias, voltem a voar sem medo, com coragem e liberdade. Nessas linhas trago para a roda a literatura que tem me sido amparo para sentir-pensar, e aqui um autor de Luanda é o que nos presenteia: “a infância é uma coisa assim bonita: caímos juntos na relva, magoamo-nos um bocadinho, mas sobretudo rimos”. (ONDJAKI, 2021, p.13). Anseio que às palavras se somem as vozes das crianças que voarão nesse entorno. Carreguemos uma vontade de infância. Inscrita nesse lugar e tempo, eu digo e eles dizem, de mim e daqueles com quem cruzarei enquanto essa escrita durar.

## **FIO QUE TECE A VIDA**

*Queridas e queridos leitores,*

*Aconteceu algo nesse tempo. Algo que cabe constar aqui, ainda na apresentação que aprendi ser necessária de se fazer quando colocamos um texto no mundo. Dizer de si, colocar-se na roda, racializar-se, contextualizar-se no tempo e no espaço. Seria possível, mas tão pouco coerente não fazer pausa aqui para que caiba isso que anuncio nesse pequeno título: o fio que tece a vida. Na costura arteira do destino, a escrita dessa dissertação foi sendo alinhavada de boas novas... uma pequena boa nova, para ser mais precisa. Pouco mais de dois meses após transcorrer o primeiro ano de mestrado, sentados dentro de um carro abrimos juntos, eu e meu companheiro, um documento que anunciava algo que passaria a mudar muito dali em diante. Dentro de mim crescia um pequeno gergelim, um vaga-lume de vida acendendo tudo.*

*Era eu uma pesquisadora grávida.*

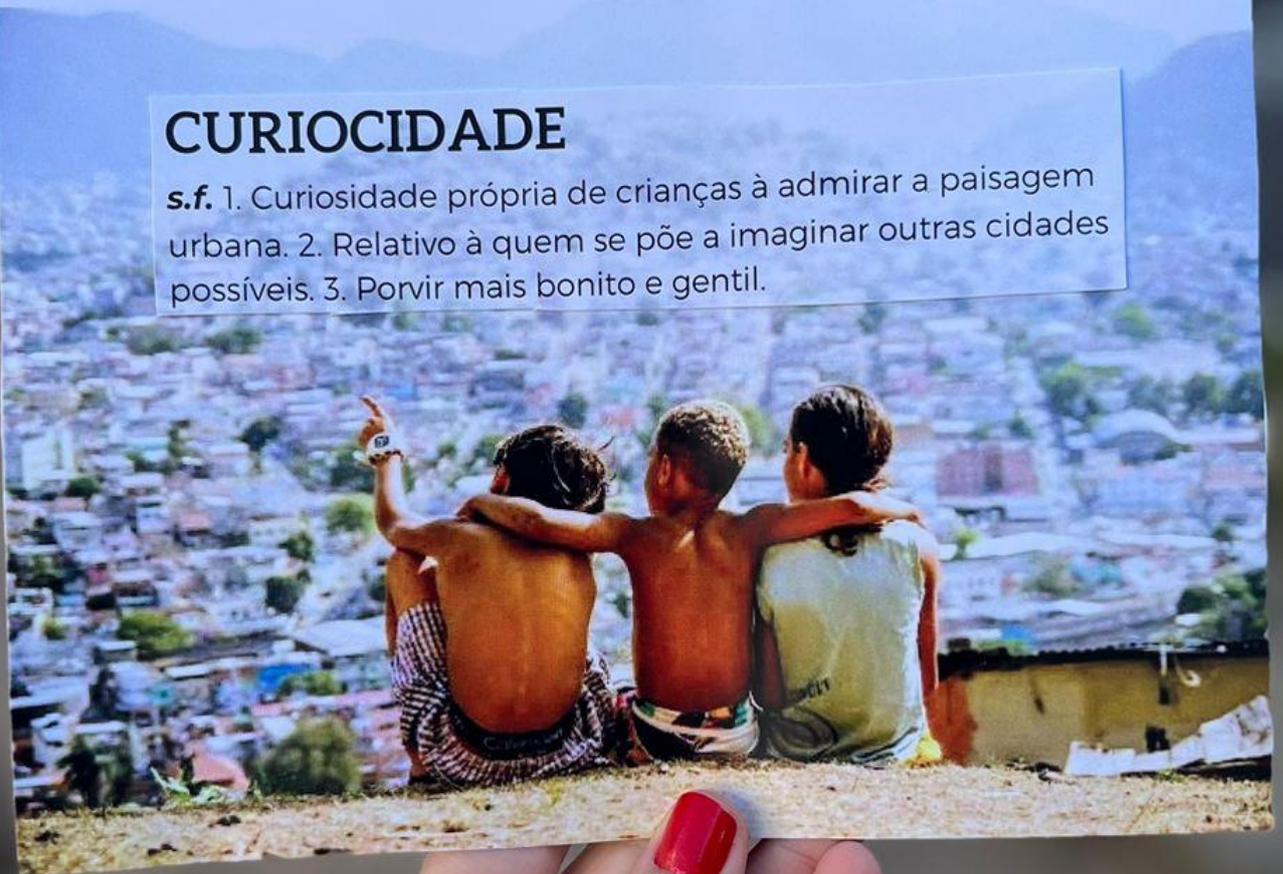
*No mês seguinte, participei de uma disciplina eletiva no PPG de Arquitetura da UFRGS, junto à Prof<sup>a</sup> Dani Caron, que sei que me lerá aqui também, onde nos foi apresentada uma “caixa prenhê”. A caixa prenhê era um dispositivo com materiais que nos auxiliariam a pensar a escrita, a sensibilidade, o corpo... Justo essa! Uma caixa prenhê. Quando quase ninguém sabia ainda o que acontecia dentro de mim. Quando eu mesma ainda estava me reaprendendo. Foi naquela atividade, no transcorrer de uma única semana, que me dei conta de que algo passaria a acontecer também no meu percurso do pesquisar. Foi ali que descobri, inundada de susto, que as palavras já não me habitavam da mesma forma.*

*Uma das atividades era a de inventássemos palavras que se relacionassem com a nossa pesquisa. Que pudéssemos inventar as palavras e defini-las – uma linda brincadeira para aquecer o trabalho. Dois dias de prazo. Levei o primeiro dia em angústia... não conseguia. Tentava, tentava, e nada. Minha criatividade-corpo parecia ocupada demais formando órgãos naquela época. Depois de muito tentar, percebi (não sem resistência, dada a lógica da individualização e responsabilização, caldeirão onde fomos formados) que precisaria recorrer a outros recursos, já que a palavra não daria conta. Que outras sensibilidades poderiam me auxiliar? Comecei por duas imagens, duas fotos disponíveis na internet que me despertavam emoção e remetiam a uma implicação com meu pesquisar. Depois, recorri à ajuda de minha mãe Rosana e de Ana, uma grande amiga, para pensar comigo a partir daquelas imagens.*

*Minha primeira experimentação coletiva decorrente da fuga das palavras que seguiu minha gravidez. Hoje, quando olho para as imagens-palavras-definições, penso no bonito gesto e no quão mais especial aquela produção resultou. Polifonia. Compartilho com vocês.*

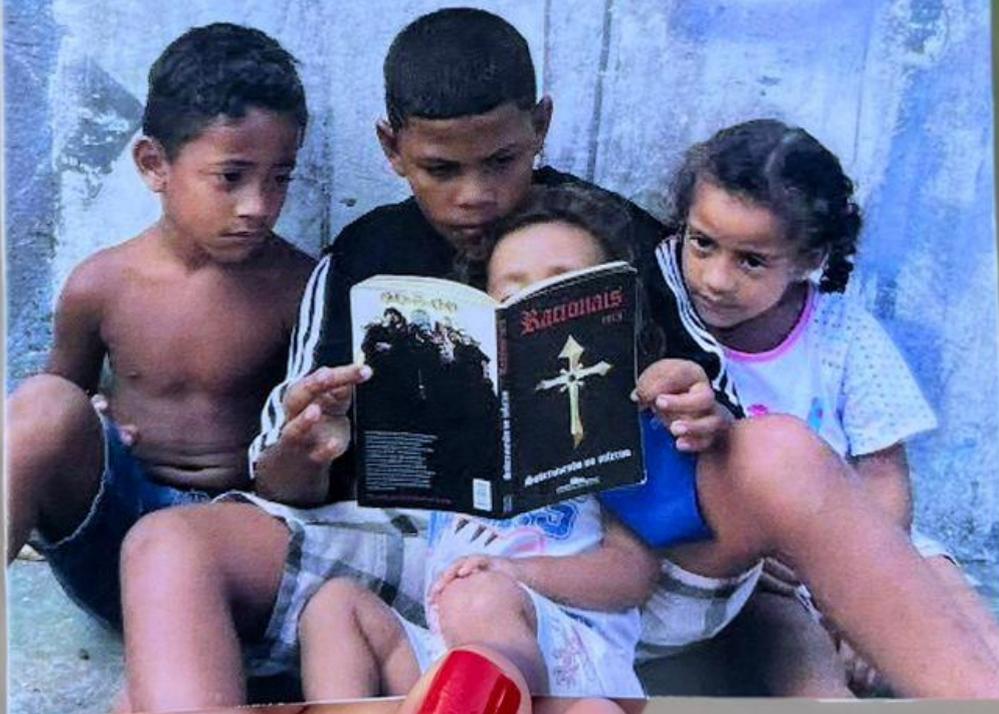
## CURIOSIDADE

**s.f.** 1. Curiosidade própria de crianças à admirar a paisagem urbana. 2. Relativo à quem se põe a imaginar outras cidades possíveis. 3. Porvir mais bonito e gentil.



## LEITERNURA

**s.f.** 1. Ação de ler o mundo com a força revolucionária dos afetos. 2. Ato de decifrar um texto enquanto abraça os seus. 3. O que acontece quando um livro cai na mão do leitor pra quem foi escrito.



*A atividade seguia e, no outro dia, de dentro da caixa prenhe, fizemos surgir cadernos para nos acompanhar. Rememoro o meu caderno, que diz apenas:*

*“Sou uma pesquisadora prenhe.*

*Como é, me digam*

*Como é ser uma pesquisadora prenhe?”*

*Disso seguiram-se três longos meses impossíveis de fazer palavra florescer. Parei a escrita da dissertação, era impensável escrever. Saí da análise, não conseguia falar. Engravidar trouxe para mim um experimentar da ordem do indizível. Os pensamentos iam e vinham, as ideias também. Até mesmo o desejo de palavrear por vezes fazia visita... mas era sentar pra dizer ou escrever, e tudo se ia.*

*Restou respeitar o tempo do silêncio.*

*O gergelim crescendo dentro de mim, fazendo festa no meu ventre. Ao mesmo tempo, o silêncio acompanhado de dezesseis longas e infundáveis semanas de mal-estar e a reconfiguração do corpo. Tudo jamais imaginado, dada a romantização da maternidade presente em muitos discursos que me rodeavam. Tudo era de outra ordem: do sensível, da pele, do tato, dos cheiros, dos contornos, das vísceras. Tudo, menos da palavra. Era como se eu estivesse constantemente do avesso. Meu filho e eu aprendemos a conversar nesse tempo. Sim, não só eu conversava com ele, ele também se dirigia a mim. Fui entendendo seus alimentos preferidos e preteridos, seus momentos de cansaço, suas exigências de pausa. Sua vontade de vida, seus medos da morte. Tudo muito misturado dos meus. Uma espécie de conexão com a loucura, uma experiência com o delírio. Angústia e delícia. E uma pequena vivência ancestral necessária para que essa comunicação existisse. Ter um filho em meu ventre, carregar em mim uma infância fez mesmo marca na implicação deste pesquisar.*

*Aos pouquinhos fui podendo recuperar algumas palavras. Enquanto aprendia sua nova linguagem, era possível inventar para mim também um novo lugar para a língua.*

*De tudo, lembro quando nomeamos nosso filho...*

*“filho, você vai ter nome de poeta!”*

*É assim que preciso dizer a vocês que encontrarão nesse trabalho também rastros de uma gravidez. Encontrarão meu corpo em alegria e sofrimento, meu útero avançando pelo corpo, meus silêncios necessários. Encontrarão palavras minhas e de muitos outros. Palavras sobrepostas, escritas por dois corpos que habitaram, nesse tempo, um só. Escrevemos aqui eu e o Manoel. Eu e minha mãe, amigas, companheiras, poetas, professores, loucos. Depois se incorporaram outras tantas crianças.*

*Polifonia.*

*O jeito mais difícil, mas também mais bonito, que já pude escrever.*

## II: O SORRISO DO SOLDADO

Naquela tarde, as crianças tinham saído da escola com seus adesivos em mãos. Eram uma espécie de gritos de guerra que ficariam ecoando em plano baixo pelas paredes, postes e muros da cidade. Entre as doze crianças, havia quatro crianças maiores – ora, alguém precisava dirigir os carros! – e elas faziam movimentos de acompanhar os demais, lutando contra a dureza que ser uma criança maior deixa na gente. Semanas antes, aquele passeio fora sido desenhado em mapa de papel e tudo: um reconhecimento do campo, a seleção afetiva necessária e o planejamento itinerante. Acontece que quando se sai para a cidade, os mapas e planos não dão conta de toda sua vida e potência – trânsito, fluxo de pessoas, eventos, exposições, como estarão aqueles corpos no dia, e por aí vai – a cidade vai apontando a necessidade de desvios e a possibilidade de redesenhar o caminho a ser percorrido. As crianças grandes, ao chegarem no primeiro destino, a Casa de Cultura Mario Quintana, não encontravam estacionamento, e pararam na quadra anterior, o que fez com que passássemos em frente a um lugar que não constava no planejamento do dia, e muito menos no imaginário de uma das crianças maiores: a que atende, quando não está em seu devir criança grande, como aquela que escreve essa pesquisa: a psicóloga pesquisadora.

Era, acreditem, um museu militar.

Uma dificuldade e uma realidade de ser uma criança maior, é que a passagem do tempo as vezes nos faz aprender e vivenciar coisas no mundo, principalmente nesse mundo de adultos, que machucam a gente. Saber o que a instituição militar significava em um país que matou mais de quatrocentos e torturou mais de vinte mil vidas, entre elas, de algumas crianças, que segue, (porque militarizada é a polícia) matando nossos jovens pretos e pobres, além de ter vivenciado nos últimos quatro anos um avanço e um retorno das forças militares que enquadram, ditam, normatizam e violentam, dentro do governo federal, era de uma dor inominável para essa criança maior. Entrar em um museu militar era a sua última ideia no mundo. Ver os olhos dos soldados, suas fardas, sua postura nada infantil, sua inocência sendo arrancada... não eram os planos para aquela tarde entre crianças que queriam inscrever marcas para uma cidade melhor. Mas as crianças pequenas insistiram! Lá havia tanques de guerra, furgões, carros blindados, capacetes de soldados à disposição. E era tudo interativo... parecia até que era feito mesmo para brincar. Entramos.

Na brincadeira, teatralizamos cenas de guerra. Crianças pequenas dirigiam os carros, as grandes estavam um pouco perdidas. Olhavam as crianças pequenas que sumiam nos labirintos do museu, entre tanques, motos, cavalos, soldados, carros e armas. “Brrrrrum, brrrrrum, brrrrrummmmm (trocas de marcha)”, “pah, pah, pah”, “olha aqui meu, pode colocar até o capacete”. Os soldados que tomavam conta do museu permaneciam intactos: em suas fardas, honravam a postura que lhes era ensinada, estavam sérios, zelavam pelo patrimônio, nenhum sorriso cabia. A criança maior, aquela que escreveria esse texto depois, começa a amolecer o corpo... entra na brincadeira, torce o olhar. Retoma uma definição que havia trazido antes em seu texto, a do infante guerrilheiro. Crianças fazendo de um cenário de vestígio de guerra um campo de brincadeira. Tinha algo ali... ainda não sabia bem. Até que uma das crianças pequenas faz um gesto, um pequeno gesto, que passa a mudar tudo no rumo desse pesquisar.

Com um adesivo que fez semanas antes em mãos do qual falaremos mais posteriormente, escrito “homens tem que parar de bater nas mulheres”, inscrição que achou que cabia permanecer ali, naquele canto da cidade, já que o quartel é formado majoritariamente por homens, caminha em direção a um soldado. Com a coragem e a transgressão que somente uma criança poderia carregar, faz uma improvável pergunta: “posso colar esse adesivo em um dos tanques de guerra?”. A criança grande que mal se autorizou a dar oi aos soldados que cumpriam seu papel de serem... soldados, jamais pensaria ser possível questionar algo que sabíamos de antemão a resposta a uma instituição de tamanha dureza. Mas uma das crianças pequenas o fez. Foi até o soldado e fez a improvável pergunta, certo de que com a autorização, faria daquele lugar que abrigou tamanha brincadeira naquela tarde, um lugar ainda melhor. A inscrição de seu adesivo, de suas palavras que desejavam um mundo com menos violência contra as mulheres, não foi possível. Quem for ao museu não verá seu grito de guerra ali explicitado. A resposta final foi um não. Mas aqui não importa... a inscrição necessária para que essa história se contasse e a mudança sutil, mas radical, na ordem daquela cidade, veio não com a palavra daquele homem que cumpria guarda.

A pergunta da criança foi tão improvável, mudou tanto a conjuntura a que todas nós, crianças grandes estamos habituadas, que produziu uma marca ainda mais necessária e aparentemente impossível naquele dia:

A inscrição da força da infância, sua arma de guerra, surgiu quando, surpreso com a pergunta do menino, o soldado desfez sua cara de sério. O soldado, naquela tarde, foi obrigado a sorrir.



"Quem me ensinou a nadar  
Quem me ensinou a nadar  
Foi, foi marinheiro  
Foi os peixinhos do mar

Ei nós, que viemos  
De outras terras, de outro mar  
Temos pólvora, chumbo e bala  
Nós queremos é guerrear"  
Milton Nascimento



## CARTOGRAFIAR, NARRAR, FICCIONAR E ESCREVER: DEVANEIOS POÉTICOS SOBRE O MÉTODO

*Escrever nem uma coisa  
Nem outra –  
A fim de dizer todas –  
Ou, pelo menos, nenhuma.  
Assim,  
Ao poeta faz bem  
Desexplicar –  
Tanto quando escurecer acende os vaga-lumes.  
(BARROS, 2015, p. 72)*

No processo de conhecer o método da cartografia, puxei da caixa de ferramentas o que considero fundamental para a clínica, a pesquisa e uma práxis em psicologia social: a poesia. Sim, ao lado dos teóricos e teóricas que me auxiliam na produção ou rupturas de sentidos do mundo, estão as poetas e os poetas que parecem fazer toda e qualquer teoria passar antes pelo lugar sensível que a faz seguir em devir. Isso porque ela, a poesia, não ocupa o burocrático lugar da prestação de contas em relação à verdade (RANCIÈRE, 2009) – duro e engessado jogo endossado aos positivistas (e por eles incorporados) – instiga, ao contrário, a arte de ficcionar a vida<sup>6</sup>. Aqui, no ensaio de fazer uma dissertação com as infâncias, abster-me da poesia também como entendimento metodológico seria jogar o jogo dos adultos ocupados em traduzir e reproduzir o mundo, lugar onde a invenção já não mais pode habitar. O encontro entre a cartografia e a poesia se deu ainda na graduação e, enquanto aprendia esse artesanal fazer, parece que fui desaprendendo outras formas de pensar o mundo. A cartografia virou uma lente, uma bússola ética que me guia desde então. Durante a escrita do trabalho de conclusão de curso, em 2018, o maior dos aprendizados sobre o método me veio com as palavras de Manoel de Barros (2015, p. 152) quando diz que “a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”. Por isso anuncio que é a partir do encantamento que se dá o método desse pesquisar.

Nada me intrigou mais nesse processo de escrita que a pergunta do “quefazer” para transpor meu lugar marcado pela adultidade e aquecer o corpo ao infanciar a vida (NOGUERA, 2020), caminho que tenho entendido como o único possível no pesquisar *com*

---

<sup>6</sup> “Noventa por cento do que eu escrevo é invenção; só dez por cento que é mentira” (BARROS, 2015, p. 118).

infâncias, especialmente desde a perspectiva decolonial. Lançar mão da cartografia e da poesia como ensaios da construção do método vêm de modo a aproximar o desejo de pesquisadora com aquilo que buscamos atentar: infância e cidade. Costurar os afetos e a posição de pesquisadora com as infâncias e as cidades não me pareceu viável a não ser pela via da construção de um plano comum. Deixar que em meu texto se incorporassem as vozes infantis e urbanas exigiu romper com a noção de uma autoria individualista – pedestal dos louros de pesquisadores, em sua maioria (por que não dizer todos?) brancos. Se pretendemos pesquisar entendendo que o conhecimento foge à pura representação do real, é preciso deslocarmo-nos em direção processos de construção coletivas, tecendo um plano comum como aposta no caráter participativo de uma pesquisa. (KASTRUP; PASSOS, 2016).

A aposta nesse fazer coletivo segue o rastro da invenção como produção do conhecimento. A “invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é potência de todos e de cada um” (PÉLBART, 2003, p.73), e, nesse sentido, exige a experimentação da escuta de cartógrafa e a sede pelas narrativas e a construção de uma política de narratividade. Ser potência de todos e de cada um é a esperança que move o encantamento desse método: há que se sair a farejar com o nariz, mas também com os olhos e ouvidos, com a boca e a pele. Evocar todo o corpo por que é no corpo que, por meio dos afetos, o outro pode viver, é nele que sentiremos “o efeito de sua presença em nós” (ROLNIK, 2019, p. 111). A invenção cabe em uma política da narratividade também porque a narrativa permite desdobramentos. Narrar a vida é um fazer artesão (voltaremos nisso mais tarde) – e o mais bonito: narrar a vida é assegurar-lhe memória. (BENJAMIN, 1995). Uma tentativa de ficcionar a partir das narrativas neste trabalho tem sido a escrita-criação de pequenas “claquetes”<sup>7</sup>, crônicas dos encontros vividos.

Evocar a narrativa para a teia em que já se instala a cartografia e a poesia é a aposta de ir ao encontro de processos de resistência contra a ordem hegemônica, reconhecer os transgressores que insistem em, fazendo em ato suas estrepolias, forjar um outro amanhã. “Quais são, enfim, os processos mudos que, em luta com os poderes instituídos também organizam a ordem sociopolítica? Produtores desconhecidos, esses sujeitos, tal como artistas da vida” (GALLI, 2003, p.255). A aposta era de que, ao embarcarmos nesse processo

---

<sup>7</sup> A escolha do termo “claquete” para me referir às pequenas crônicas/narrativas/passagens que são costuradas no texto é uma apropriação de uma técnica do mundo do cinema a partir da brincadeira. Claquetes são dispositivos utilizados no meio do audiovisual para sincronizar imagem e som ao longo das gravações (a famosa plaquinha do: “luz, câmera, ação!”). Aqui, cada vez que se bate a claquete, o convite é de adentrarmos novos mundos – possíveis pela imagem ali inscrita e convidativa, e pelas vozes que se somam através das narrativas.

cartográfico, encontraríamos. O método desse pesquisar é mesmo sustentado por um devir infante: vai ao encontro das vidas vividas, substância da qual se formam as histórias (BENJAMIN, 1995).

Didi-Huberman (2011), ao versar sobre a sobrevivência dos vagalumes e as provocações trazidas antes por Walter Benjamin, convoca-nos a não aceitar que a dimensão da experiência tenha sido destruída, mas sim que ainda que ela apareça em lampejos clandestinos e resista em sua sobrevivência, é indestrutível. Trata-se de experiências que restam, que fazem emergir o desejo e que se dirigem àqueles que estão dispostos a ouvi-las. Caminhar atenta aos lampejos dos vagalumes e às experimentações contra hegemônicas de fora dos holofotes é possibilitar o encontro com outras circulações urbanas possíveis. Assim como com os vagalumes, “é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que pouca coisa possa ser vista”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52).

Pensando em cartografar as narrativas que evocam nas cidades com as infâncias, atentei para um trabalho que convidasse para a cena outro importante dispositivo: as imagens. As imagens dialéticas de Benjamin<sup>8</sup>, mas também as produzidas por via da fotografia. O cuidado foi de tomar a fotografia, então, como uma aliada no processo cartográfico, entendendo que ela diz do método e intervém no modo de olhar. A fotografia reserva “mundos de imagens habitando as coisas mais minúsculas, suficientemente ocultas e significativas para encontrarem refúgio nos sonhos diurnos”. (BENJAMIN, 1994, p.94). A proposição foi a de compor imagens “com” e não “sobre”, devolver, compartilhar, criar roteiros, produzir imagens. As imagens vieram para implicar, e não explicar, as coisas (DIDI-HUBERMAN, 2017), sendo impossível também aqui, assumir uma dita neutralidade de pesquisadora. Com as imagens também buscamos inserir na costura a dimensão da memória. Há uma relação intrínseca entre memória e imagem e nessa relação se atravessam afetos que impactam no corpo, fazem emergir sua qualidade de *acontecimento* (ARFUCH, 2013) e apontam para, nas próprias palavras de Arfuch, “lo irreductible de la experiencia personal que sin embargo nunca deja de ser colectiva” (p.64). Eis mais uma pista neste fazer cartográfico: fazer é memória é fazer junto. Há uma pergunta que me circunda desde a escrita da monografia na conclusão do curso de psicologia: *e há*

---

<sup>8</sup> A dimensão dialética na obra de Benjamin talvez seja o que mais me convoca: a ideia de assumirmos uma dialética do olhar que convoca o tempo presente, passado e o futuro, em uma articulação de tempo histórico que rompe com a linearidade e se atenta às imagens mas também seus “entres”. A estruturação de imagens em linguagem, em um devir crítico e a possibilidade de criação de atribuição de sentidos muitos, e não totais.

*cartografia solitária?* As imagens se somam à trama junto do desejo não de dar conta de responder em definitivo essa pergunta, ainda que me pareça impossível cartografar na solidão, mas para auxiliar a inventar possíveis dessa aposta no fazer coletivo, implicando-nos no desafio que é o *compartilhar e criar com* no modelo capitalista que opera na produção do desvinculo e na fabricação do indivíduo.

Na costura das imagens nesse desejo de fazer, convoco o conceito que tenho trazido com carinho, desde outros pesquisadores: o gorpe de vista<sup>9</sup>. Evocar o gorpe de vista pretende expandir o conceito para além da sua importância na fotografia: pensar as dimensões políticas e clínicas do pesquisar. Entender o “gorpe de vista” como aquele que possibilita voltarmos um olhar atento e sensível aos sujeitos que nesse processo atravessarão. Ao assumirmos que cartografar se trata de um método de pesquisa-intervenção (PASSOS, BARROS, 2009) precisamos retomar o atravessamento da tal experiência. Ora! Se não é possível um conhecer sem um certo fazer, isto é, sem a implicação da cartógrafa inclusive – e talvez principalmente – com seu corpo, também não há como assumirmos uma escrita que se pretenda neutra. Na construção da pesquisa, conhecer requer andar ao lado do que se estuda e ir, conjuntamente, brincando de construir caminhos. Aqui, falo da necessidade que senti, ao longo do mestrado, de encontrar com as infâncias – não pensava ser possível fazê-lo apenas nas leituras (ou melhor, assumi, em determinado momento, que não era esse o meu desejo de pesquisadora). O desejo era de estar e fazer com elas, inventar novas realidades de si e do mundo, sonhar outros possíveis para as cidades e estar atenta aos efeitos dessa experiência – o que implica, necessariamente, em uma dimensão política do pesquisar. (PASSOS; BARROS, 2009). Se a cartografia se dá em direção aos movimentos da vida (PASSOS; BARROS, 2009), há, então, que se viver o processo. Sendo assim, o que se pretendia enquanto cartógrafa não é o que se produz ao final (quando criança jamais terminava uma brincadeira, tudo aberto, pronto para o depois...), mas aquilo possível de construir rupturas, marcas típicas de acontecimentos.

Escrever a seção metodológica, ao fim do percurso, exige uma contação de história que envolve os rumos que a pesquisa tomou ao longo de seus dois anos de desdobramentos – para a alegria de uma cartógrafa, contar essas histórias remete ao porquê de termos escolhido trabalhar com a cartografia. Rio de correntes fortes, que deslizando entre as pedras vai se

---

<sup>9</sup> Termo utilizado por Chico Alagoano, no documentário “Câmara viajante”, dirigido por Joe Pimentel (2007). Segundo Chico, “a fotografia quase não tem truque, é você focalizá. Se você focalizá direito, se tiver um gorpe de vista positivo... o que eu digo é você focalizá a pessoa, é você vê os olhos da pessoa... não tem truque nenhum. O gorpe de vista é você ter uma vista assim limpa, é ver as pestana da pessoa na sua objetiva. Esse aí é o gorpe de vista”. (PIMENTEL, 2007).

fazendo outros, abrindo vertentes, desdobrando-se, deixando se unir a muitos elementos dos lugares por onde corre. A ideia, expressa ainda em período de qualificação de projeto, era de encontrarmos com as crianças nas cidades de forma mais orgânica. Estar com elas nas ruas, nas praças, nas comunidades. Diante do tempo que passa sempre em descompasso com as exigências da vida, vimo-nos na necessidade de recorrer a uma ajuda institucional, caminho escolhido na contrapartida de outra possibilidade que era recorrer as redes de amizade – o que implicaria, possivelmente, em encontros com infâncias dentro de uma lógica um tanto mais hegemônica, dado que, não sem crítica, percebemos o quanto nossas redes também se compunham com familiaridades, atravessamentos de classe e raça que interpelavam a possibilidade de encontros com mais alteridade. É assim que chego na Escola Municipal de Ensino Fundamental Neuza Goulart Brizola, escola com história de larga parceria com o grupo de pesquisa e que nos acolheu para mais essa possibilidade de fazer junto. Trata-se de uma escola que fica no bairro Cavallhada, Zona Sul de Porto Alegre. Com ajuda da escola e das professoras, organizamos dois grupos que construiriam conosco o desenrolar da pesquisa. O critério de escolha das/os estudantes se deu em sala de aula, com o levantamento de nomes feito pelas educadoras levando em consideração a temática da pesquisa e o interesse das alunas e alunos em participar. A divisão de dois grupos foi em função da idade das crianças e adolescentes que os compunham. Encontramo-nos semanalmente e atravessamos juntos os meses de agosto e setembro de 2023, nas sextas-feiras à tarde. Os desdobramentos desses encontros são apresentados aqui em diferentes momentos do texto, cabendo a esta seção apenas uma breve apresentação de como a cartografia foi se desenrolando, com suas potências e suas limitações que nos fizeram avançar e nos lançaram o desafio de como aproximar a metodologia das crianças, ou ainda, como construir com as crianças direções para a metodologia.

É dessa forma que, ainda de maneira inaugural, essa dissertação avança desde a metodologia da cartografia, para apostar em um deslocamento aprendiz, junto ao professor orientador e o grupo de pesquisa Políticas do Texto, rumo ao desejo de se afirmar como metodologia das *Cartografias Infantis*.

### III: NOSSOS PÉS ANSEIAM OS CHEIROS DAS RUAS: CARTOGRAFIAS INFANTIS PRECISAM INCLUIR SENTIDOS OUTROS

*“Mamãe hoje eu quero sair  
de pés descalços.*

*Por quê?*

*Quero que meus pés sintam o  
cheiro do Lula ganhar.”*



*\* Romeo, outubro de 2022, durante a escrita dessa dissertação.  
Foto registrada e autorizada pela mãe.*

Das conversas que surgiram no nosso grupo de pesquisa quando apresentei um primeiro e tímido texto que iniciava esse percurso, demoramo-nos em pensar o lugar da infância em uma pesquisa que se pretende fazer *com* a mesma. Infância e cartografia... cartografia com infâncias... cartografias infantis. *Cartografias infantis* é um termo e uma proposição que nasce de um projeto desenvolvido pela UFRGS e financiado pela Funarte, que lançou um olhar cartográfico sobre a cidade de Porto Alegre através da infância e suas produções narrativas, fotográficas e artísticas. (BANDEIRA; COSTA, 2013). Posteriormente, já no período da pandemia, o termo se alarga com o projeto de pesquisa *infâncias e sustentabilidades*, com a participação de crianças do Brasil e de Portugal, em que, dentre muitas preocupações relativas ao pesquisar infâncias, destaco a que se sustenta na premissa: “quando dar voz às crianças já não basta” (ALMEIDA; COSTA, 2021). O que inspira nesses dois projetos e seus desdobramentos posteriores em termos de produção e pesquisa acerca das cartografias infantis é essa vontade que se alimenta de fazer *com*, falar *com*, criar *com* as crianças.

Se o que inaugura um problema de pesquisa aqui é o questionamento “*pode uma criança falar?*” (retomaremos o porquê dessa pergunta e sua inspiração mais adiante), deslocar o lugar de subalternização reservado à infância, questionando seu caráter estático e sem resistência, e retirá-la do lugar de objeto em um caminho de pesquisa se torna uma importante pista na construção do método. Falamos aqui não de uma inclusão que se dá através da análise das falas ou gestos infantis, mas da construção de um “plano comum de afetos, que exige não só o envolvimento formal dos sujeitos que participam, mas uma atenção coletiva e um exercício conjunto de acolhimento dos afetos que surgem no encontro com o outro.” (COSTA et al., 2022, p. 75). Apostar nos afetos – na sua partilha e escuta – como dispositivo metodológico para as cartografias infantis, significa retomar sentidos outros de conexão com o mundo e de produção de conhecimento. Na foto que antecede esse parágrafo está Romeo, que em uma frase nos entrega rastros do que buscamos com essa pesquisa: assumir o corpo das ruas, brincar com os sentidos vários, afirmar a vontade de *ser mais* (FREIRE, 2014)<sup>10</sup>. Romeo precisa sair de pés descalços para sentir a vibração que vem da rua, do encontro com tantos: são seus pés de criança que farejam um novo hoje.

O que vamos entendendo é que para fazer emergir cartografias infantis é preciso atentar para esse devir infância, aquecer os corpos e sentidos, voltar a farejar. Apostamos na infância

---

<sup>10</sup> Trago uma das coisas mais lindas que vi em Paulo Freire... “*ser mais*” é uma bússola ética. Uma espécie de vocação ontológica de ocupação transformadora do/no mundo. A rebeldia em face às injustiças e opressões.

como ponto de chegada, de partida, de percurso. No trabalho com cartografia, onde a feitura de mapas se dá a partir de uma rede de afetos, dos processos que acompanhamos, das histórias que escutamos e de todo potente movimento, a infância surge como uma bússola ética, “como se a infância fosse um ponto cardinal eternamente possível” (ONDJAKI, 2021, p.117). Bonita imagem essa: pontos cardiais são os que nos guiam no espaço e alargá-los para além de quatro principais é permitir que sejam as infâncias a traçarem caminhos conosco. Já passa da hora de recalibrarmos nossas bússolas velhas, típicas dos adultos. Também não vai haver tecnologia de GPS que possa nos orientar na busca desse outro porvir. Torcer o norte e o sul pode ser um bom começo. Para que uma cartografia infantil seja possível, nós adultos teremos que experimentar corpos outros, devires outros, aprender a sentir os cheiros com os pés e os gostos com a pele, teremos de ouvir com os olhos e olhar com a ponta dos dedos. Trazer os adultos para essa roda se faz necessário ao entendermos que nas cartografias infantis, a infância entra de modo a romper com a individualização da feitura dos mapas – sejam eles tradicionais ou afetivos. Aí temos muito a aprender. O enunciado infantil da cartografia aparece aqui como resultado da inserção no corpo social, no encontro com a diferença, no fazer junto. Até para brincar sozinho é preciso um certo repertório: imaginação é memória e encontro.

Durante a experimentação junto das crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Neusa Goulart Brizola, algumas vezes me questionei se o que fazíamos era mesmo uma experimentação com cartografias infantis. E o primeiro motivo para esse questionamento veio do tempo. Acredito que o trabalho com as crianças exigiria de mim mais tempo, tempo o qual nem o prazo do mestrado daria tempo, e que tampouco poderia ser estendido com mais encontros nas semanas, dada a distância de exatas duas horas e meia que eu percorria semanalmente de minha casa até a escola e uma impossibilidade diante do contexto de minha prenhez e todo o mal-estar corporal que habitava em mim naqueles meses. Demorei-me nesse emaranhado do tempo. O que fazer do tempo. Conforme pensava e me angustiava diante do tempo cronológico, passei a exercitar a imaginação... fiz da imaginação espaço de encontro com as crianças, uma das tentativas de subverter o tempo tal qual como o vivemos no Ocidente. Depois lamentei que essa fosse a forma como nos relacionamos com ele, e fui procurando encontrar outros possíveis, que, depois de quase dois anos de mestrado, eu imaginava que poderia surgir se, outra vez mais, repensasse a epistemologia, a lente que me guiava na pesquisa. Encontrei então, uma beleza intitulada “Performances do tempo espiralar”, de Leda Maria Martins (2021). Leda escreve sobre o corpo, o gesto, o tempo. Remonta e coloca em relação, como outros autores aqui trazidos, a dimensão de passado, presente e futuro. O que, para uma

pesquisa que pretende pensar infâncias por devires outros, é um desafio, ao passo que também um presente. Leda apresenta possibilidades vindas de África, onde a cronologia linear que nos é apresentada, desse lado do mundo, pode ser repensada a partir da constante relação e transformação que toma conta de tais processos. Instaura no corpo, na experiência, na oralidade, na ancestralidade, a possibilidade de remontar o tempo e inscrever memória. Em suas palavras: “proponho como possibilidade epistemológica a ideia de que o tempo, em determinadas culturas, é local de inscrição de um conhecimento que se grafa no gesto, no movimento, na coreografia, na superfície da pele, assim como nos ritmos e timbres da vocalidade” (MARTINS, 2021, p.22). *O tempo como um conhecimento que se grafa no gesto* – a imagem que me possibilitou e possibilita trazer, para dentro da proposta das cartografias infantis, que esse tempo de escrita se encontre, se cruze e se forje também com o tempo do encontro, da presença, daquelas sextas feiras possíveis. Polifonia e relação.

Seguia com perguntas... depois das perguntas sobre o tempo, perguntava-me sobre o fazer. Dentro daquilo que era possível, poderia eu entender tudo o que vivíamos enquanto uma construção coletiva com as infâncias? A aposta, nos grupos, era de levar dispositivos que funcionariam como uma espécie de território mínimo para que o trabalho e a brincadeira acontecessem, mas que o resto pudesse ser construído ali, diante do que ia surgindo. As crianças iam compondo pistas e respostas aos meus questionamentos de pesquisadora, e vez ou outra instauravam outras perguntas, levavam a pesquisa a distintos lugares. Descobri que não seria fácil seguir na aposta de suspender um pouco minha posição pesquisadora-proponente, um jeito controlador típico dos adultos adulterados e uma arrogância de que, para algumas coisas, eu saberia o que era necessário de se construir, aonde ir, o que fazer. Uma das atividades, talvez a que mais me surpreendeu enquanto cartógrafa, foi a de uma saída/passeio que fizemos com eles pela cidade e que resulta na claquete de abertura dessa seção metodológica. Tudo começa com um mapa interativo da cidade de Porto Alegre. Um mapa no chão, para mapearmos territórios de afetos e construirmos juntos o itinerário de nossa saída que aconteceria na semana seguinte. Depois de uma tarde de trabalho que envolveu contar histórias, rememorar vivências, espantar-se com distâncias e proximidades, reencontrar lugares perdidos e pouco falar sobre o próprio território (voltaremos nisso mais adiante), entramos em uma conversa sobre quais lugares visitaríamos juntos. Era necessário um certo consenso, uma vez que, novamente o tempo e a distância não permitiriam que percorrêssemos todos os lugares sugeridos.

Uma das crianças sugeriu um lugar jamais pensado por mim antes da atividade. Ele queria ir ao Lami. Lami é um bairro do extremo sul da cidade de Porto Alegre, e várias das

crianças contavam histórias sobre se banhar no Guaíba no Lami, passar verões, passear por lá. Quando eu questionei por que o Lami ao menino que fez a sugestão, ele, muito empolgado disse:

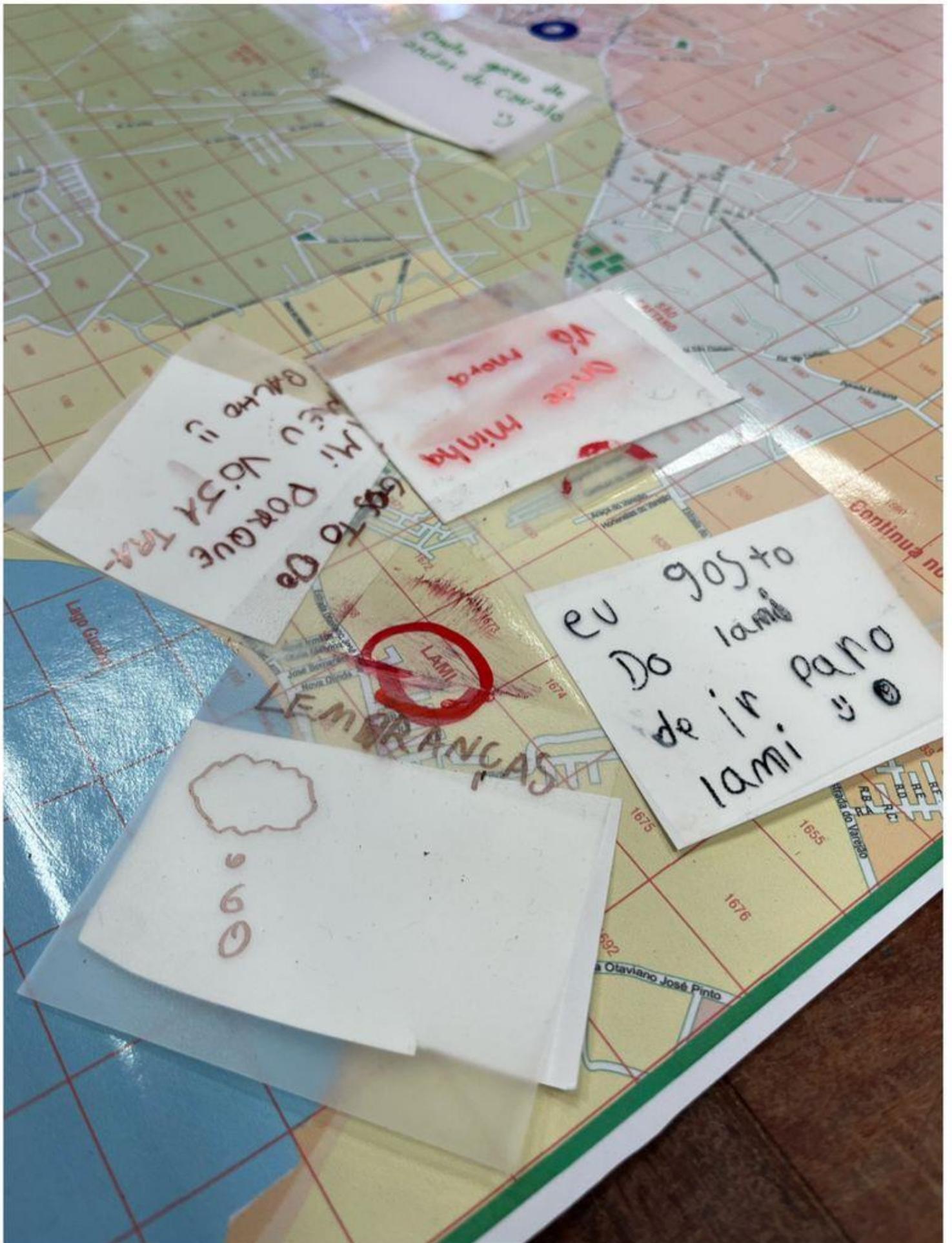
*“A gente podia ir tomar café na casa da minha tia”*

A empolgação da entonação, a sugestão que poderia mesmo só vir de uma criança de convidar quase quinze pessoas para um café da tarde na casa de uma tia, a possibilidade de experimentar uma outra Porto Alegre (digo isso porque nunca fui ao Lami) e a vivência de comunidade que ele propunha me tomou de alegria enquanto pesquisadora. Era uma cartografia se desenhando. Fiquei empolgada vendo os desdobramentos das combinações. Éramos, no entanto, quinze pessoas. Doze crianças fazendo planos e negociando possíveis. “Depois do Lami, vamos na Casa de Cultura Mario Quintana. E no Shopping Pontal! E depois na Restinga! E mais tarde na Redenção”. Queria mesmo que fosse possível embarcarmos em um comboio que permitisse todo esse itinerário. Que lindo dia teríamos... mas a logística era um limite imposto da ordem do impossível. Teríamos que escolher alguns daqueles lugares. Restinga e Lami saíram do plano, a discussão levou a decisão das crianças para os lados do centro. Ficamos com a Casa de Cultura Mario Quintana, a Redenção e o Shopping Pontal. E, quase assim, foi.

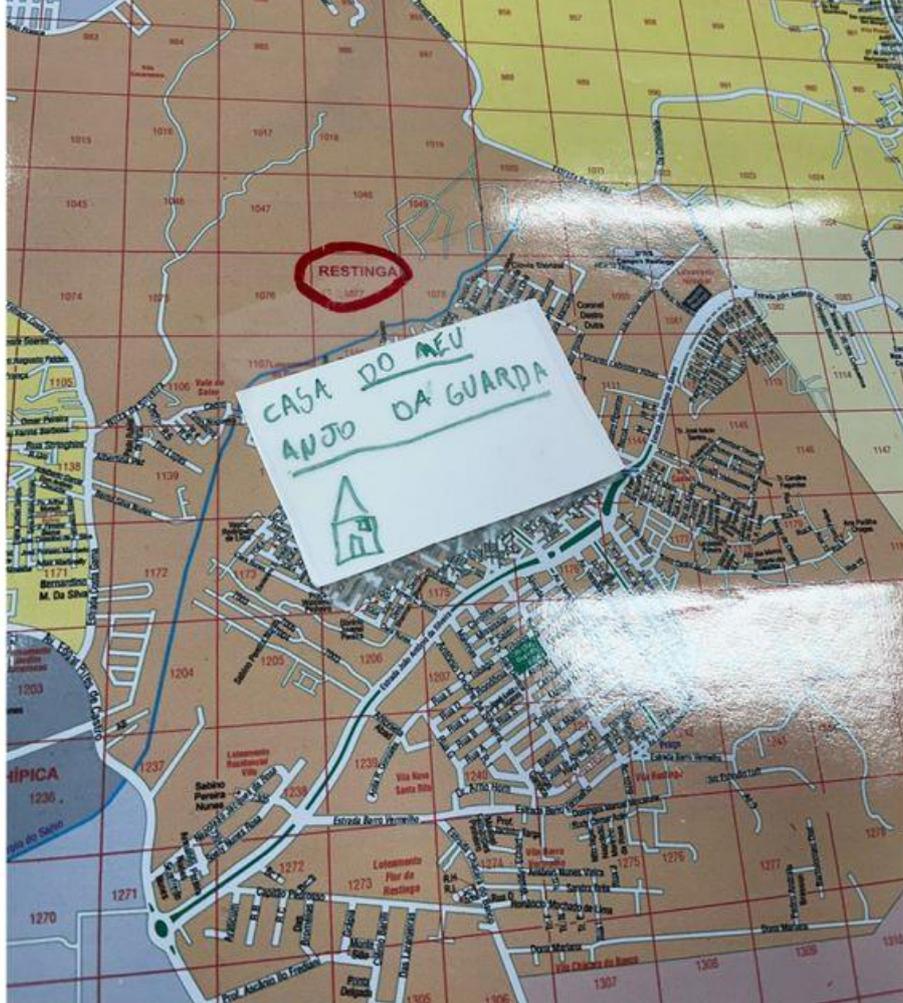
Não deixo de pensar no que aconteceria caso tivéssemos escolhido o outro roteiro. Mas também não me entristeci diante de tudo que, depois, pudemos viver naquela tarde de saída coletiva. Deixo algumas fotos do processo de construção do mapa antes de seguirmos.



Fonte: Fotos tiradas por mim, 2023.



Fonte: Foto tirada por mim, 2023.



A história que seguiu foi a trazida aqui em forma de claquete. A história que nomeia essa dissertação. O encantamento com o que aconteceu ali, no momento preciso em que o soldado sorri, se dá porque, ao pensar sobre os lugares que ocupávamos, crianças grandes e pequenas, a aposta metodológica foi o que parece ter possibilitado que essa vivência fosse possível. Coisa de deixar quem trabalha com as infâncias feliz mesmo. Vibrando junto. Deixar-nos guiar pelos desejos da infância, seus olhos subvertendo tudo, possibilitando fazer de tanques de guerra território de brincadeira. Acompanhar os movimentos infantis sem precisar controlar tudo de antemão, confiar em seus gestos, em seus pensamentos, sua crítica de mundo. Como na música de Milton Nascimento, admitir que quem ensina a nadar são os peixinhos do mar. Saber que tudo pode ser conversado, perguntado, revisto. Confiar na espiralar do tempo, fazer durar acontecimentos. Esquecer um pouco do roteiro, demorar-se mais, experimentar tudo. Só sair quando, extasiados, os ventos de outro lugar chamarem ou a barriga apontar que é mesmo hora do lanche. Incluir na pesquisa uma hora do lanche. A barriga é importante para pensar. Sentidos de mundo. Parece que vamos encerrando esse tempo de dissertação com mais pistas sobre a metodologia das cartografias infantis. Estamos fazendo acontecer, vendo acontecer e escrevendo sobre o que nos acontece.

Por fim, ainda enquanto experimentação cartográfica, carregamos até aqui um desejo de pensar como o encontro com a poesia, a teoria, a cidade, as infâncias, suas experiências e narrativas se desenrolariam na construção textual: um comprometimento com a feita também de uma escrita implicada. Entrei no mestrado em Psicologia Social e Institucional e caí em um grupo que, vejam bem, gosta de pensar sobre isso: o Políticas do Texto<sup>11</sup>. Parece-me mesmo que “a escrita sobre a cidade é improrrogável” (BAPTISTA & LAGES, 2017, p.70). Por isso, tentamos a experiência de uma escrita que ensaiasse desvios de uma lógica interpretativa do mundo que se apresenta, que dançasse com as palavras existentes e inventadas, sonhasse a criação de tantas outras cidades e subjetividades infantis e que, não se reconhecendoilhada, alheia a todo o processo, estivesse comprometida principalmente com o rastro da luz bruxuleante dos teimosos vagalumes.

Dessa maneira, findando a passagem da seção metodológica por aqui, assumindo que ela vai se costurando em todas as demais sessões, registramos que a presente escrita partiu de um desejo de ir ao encontro das infâncias no urbano, e de construir com elas sentidos e

---

<sup>11</sup> O Grupo Políticas do Texto é vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenado pelo professor Luciano Bedin da Costa.

intervenções outras com a pólis, através do processo das cartografias infantis. Contamos de um trabalho de atenção crítica e sensível aos movimentos de circulação das infâncias no urbano, através de encontros repentinos e programados. Roteiros que foram ganhando forma e direção constantemente. Fez-se e se refez. Entrou em um embalo, dançou, brincou, alternou, modificou, mas, sobretudo, criou.

## **IV: AS CIDADES QUE NÃO FALAVAM ESPANHOL OU A NECESSIDADE DE INVENTAR LÍNGUAS COM AS INFÂNCIAS NAS CIDADES**

Porto Alegre é uma cidade de intensidades. De intensidades e distâncias. Escrevo em um frio de 9°C sobre uma experiência que aconteceu aos 38°C, não muito distante no tempo, e, ainda assim, de lá pra cá, tantas esquinas.

Na sinaleira infinita que costeia o Boulevard Laçador, encontro um menino com quem, entre algumas conversas, não cheguei a trocar os nomes. Não sei bem se isso de não sabermos nossos nomes importa tanto assim hoje, embora eu pense que sim quando passo a inventar nomes para ele e pensar nos nomes que ele pode ter inventado para mim. Nos poucos dias que cruzamos pela sinaleira, parecia ser algo que podia ficar em suspensão – eram outras as urgências...

Dos nomes que, em uma convocação à minha infância, atribuo a ele, o que eu gosto mais é o que vou assumir: *maestro*. E para mim, penso na sua última pergunta, antes de nos perdermos na intensidade e distâncias muitas da capital, e acho que ele me nomearia isso mesmo que sou, *psicóloga*.

O maestro e a psicóloga se encontram na cidade. Não em qualquer parte da cidade – em um cruzamento, que emerge possibilidades, atrelado à uma sinaleira, que diz também os limites do encontro. Enquanto psicóloga, tenho caminhado atenta às possibilidades das imagens, cenas cotidianas que abrigam a língua e o corpo. Gosto de falar às gentes, e já circulo no urbano com sede de histórias há um tanto. O que na teoria já cabia, sempre emerge uma outra face quando a dimensão é a da experiência: eu sabia que, enquanto psicóloga e enquanto vivente da cidade, vez ou outra seria preciso inventar línguas para que uma história se faça possível. O que eu não imaginava é que não era a pura invenção de palavras, ofício que aprendi cedo com os poetas, que seria preciso aqui...

Meu encontro com o maestro se dá com uma pergunta depois da intervenção no sinal, ele uma criança, eu em vias de. “De onde tu és?”, já que senti em sua fala um sotaque que me lembrou que o maestro poderia ser uma das muitas crianças indígenas vindas lá dos lados de Passo Fundo e agora habitando a capital do estado. Ele termina de explodir a bolha de chiclete que tinha formado na boca – uma das grandes, como há muito eu não via – e me diz que é

Venezuelano. Depois disso, evoquei meu espanhol infante, um espanhol que está em vias de ser compreensível, mas já iniciado nas viagens e em um reconhecimento de ser uma mulher latino-americana que se deu com o início da faculdade, um par de anos atrás. Com essa infância do espanhol, conversamos um tanto que parece impossível agora, já que a sinaleira abriria em breve, mas que a intensidade de Porto Alegre permite ser, ainda que outrora, infinito. Das muitas importâncias e desimportâncias ditas ali, um convite: “*si quieres puedo ser tu maestro cada vez que pares aqui*”.

Podia haver aqui uma pausa-sequência de muitos parágrafos que versassem sobre esse momento em que o maestro ensina à psicóloga a feitura de outras línguas. A cena me parece bonita ainda que acabasse aqui, mas o que segue é o que me põe em lágrimas quando querendo ficar, a sinaleira se abre e o atropelo dos carros me obriga a acelerar: segundos antes da partida, maestro vê que em minha camiseta há um registro em espanhol, algo que eu não havia me dado conta até aquele momento. Ele pergunta: *o que é isso?* Apontando para a frase. Ao que respondo um tanto sem pensar mesmo se ele era alfabetizado, como um reflexo: *ué, tu não és meu professor? Lê pra nós...*

A cidade que não falava espanhol agora se põe a sorrir. Ele, na sua leitura infante, também em vias de ser, pronuncia o poema de Leminski que eu carregava estampado no peito. Já não escuto buzinas, aviões baixando na pista ao nosso lado, ruídos da cidade nem nada: apenas a língua necessária pra essa história se contar:

*En la lucha de clases  
todas las armas son  
buenas  
piedras  
noches  
poemas*

## **PODE UMA CRIANÇA FALAR?: VOZES INFANTIS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO E NECESSÁRIO ESTATUTO DA CIDADE**

O encontro com maestro convoca a refletir sobre a necessidade de nos implicarmos em um processo de aprendizado de outras línguas nas cidades. Com seu espanhol-intervenção e seu português infante e tentante, auxilia a pensar nas muitas vozes que entoam coro reivindicando espaços de escuta. Se para alguns adultos essa já se afirma como uma tarefa difícil, fazer-se ouvir e entender, para as infâncias é um processo que parece se acentuar.

Ainda no início dessa escrita, em uma conversa com um colega de mestrado também ingressante, trocando sobre nossos projetos, sou convocada por ele a olhar para o plano diretor da cidade de Porto Alegre. No encontro com esse material, emerge uma questão que me parece curiosa: em uma busca pelas 156 páginas que compõe o documento, a palavra “infância” não aparece sequer uma vez. A palavra “criança”, no entanto, aparece unicamente em uma passagem que diz garantir ações relacionadas com a assistência social voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes ou idosos, bem como a restauração e preservação de patrimônios tombados em caso de Transferência de Potencial Construtivo. Essa observação me leva a procurar, a nível federal, nas demais legislações que versam sobre a cidade, especificamente no Estatuto da Cidade, lei nº 10.257, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Das muitas vezes em que a palavra “direito” consta no documento, parece estar unicamente relacionada às providências relativas à propriedade privada, não surpreendo diante do não aparecimento das palavras “infância” ou “crianças” durante todo texto.

Parti então para reportagens, também disponíveis no site da prefeitura de Porto Alegre, acerca das oficinas de participação comunitária na construção e revisão de documentos como o orçamento participativo e o plano diretor. Ali, uma construção um tanto mais democrática parece se instaurar, mas ainda nada que fale sobre a participação ativa ou o levantamento das questões relacionadas à infância para pensar em uma cidade que escute e acolha demandas e vozes infantis. Aqui, retomo meu encontro com maestro e a metáfora do espanhol para pensarmos essas que parecem subalternizadas na organização de uma vida urbana comum: as vozes infantis.

Inspirada na provocação trazida por Spivak (2010) em “Pode o subalterno falar?”, começo a questionar o atravessamento da subalternização da infância e retomo a pergunta de modo a trazê-la aqui como um início de um caminho que se dará em direção à retomada da formação ou conscientização do corpo político na infância: pode o infante falar? Como?

Quando? Escrever por aqui, desde minha posição de adulta e acadêmica já me parece uma pista-incômodo nessas inquietações: em sua obra, muito se questiona sobre o poder de “falar por” e o lugar da representação na formação epistemológica. A autora, ao pensar principalmente sobre o lugar que ocupam as mulheres intelectuais, aponta que, não havendo um espaço de interação entre o que fala e o que ouve, especificamente reiterando o aspecto discursivo do processo de fala, o subalterno não poderia falar, uma vez que em sua fala reside uma ausência de um caráter dialógico, o que nos faz voltar à pergunta: não pode falar? Ou seriam os ruídos dos ouvidos hegemônicos a (não) escutar? Dito de outro modo e já torcendo a pergunta para o lugar da fala das infâncias, o que permanece como questão é: podendo falar, quem se colocará a ouvir?

É ainda na infância que o sistema capitalista inicia um processo maquínico de produção de subjetividade, partindo da inserção da criança na linguagem dominante. (ROLNIK, GUATTARI, 1986). Sobre a inserção linguística – aqui, a língua dominante – há que se pensar em seu papel social de formação humana, uma vez que apenas métodos de subordinação material não seriam suficientes para processos exploratórios como a colonização. Torna-se fundamental intervenções nas formas de expressão e compreensão vivenciadas por um povo. A isso chamamos colonialidade epistemológica (FANON, 2008), um vínculo formado entre a língua e os processos de dominação, fazendo dela território que limita e molda, tornando-a uma arma de colonizar. (hooks, 2013). Grada Kilomba (2020) em seu livro “Memórias da Plantação” escreve sobre a máscara que obrigavam Anastácia a usar e afirma que se trata de uma memória viva e em operação ainda hoje. A autora apresenta o uso concreto da máscara como aquilo que concretiza a lógica de um regime de autorização discursiva e, sobretudo, do que chama de “máscara do silenciamento”. O signo da máscara emerge e dá a ver a colonialidade como um todo, que aqui reitera a pergunta: “quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o quê podemos falar?” (p.33).

Parece-me importante que essa discussão esteja associada à formação das infâncias, uma vez que os agenciamentos de dependência e omissão das mesmas constituem princípios coloniais de inserção e ocupação urbana, uma ocupação não vista ou escutada. Essa inserção colonial, por sua vez, emerge diante de uma espécie de roubo suscitado pelo medo da potência do porvir que reside no infante. Para que passe a operar no sistema das línguas dominantes, o rapto de uma linguagem nascente e sua potência de vir a ser outras forças no mundo: as forças gestadas nos encontros. Mas por que haveriam de ter medo dos encontros que produzem outras línguas ainda na infância? Por que esse trabalho incessante para romper com o desconhecido das crianças e submetê-las em tudo que ainda possam ter de selvagens? (LARROSA, 2004).

Trata-se de um rechaço à alteridade radical da infância, sua absoluta diferença que escapa e inquieta, suspende os saberes já instituídos e nos leva à lugares que não alcançam as medidas do nosso saber e poder. (LARROSA, 2004). Nas imagens Benjaminianas, interessa-me a da criança desordeira: “mal entra na vida, ela é caçador. Caça os espíritos cujo rastro fareja nas coisas; entre espíritos e coisas ela gasta os anos, nos quais seu campo de visão permanece livre de seres humanos. Tudo lhe acontece, vai-lhe de encontro, atropela-a”. (BENJAMIN, 1987). O idioma necessário para presenciar a comunicação entre a borboleta e a flor (p.81) é o cerne do medo que opera a favor da captura da infância e do esquecimento definitivo de suas línguas. A infância, como a língua, recusa se conter em alguma fronteira (hooks, 2013). A necessidade que emerge diante dessa discussão, para pensarmos o encontro com as infâncias nas cidades, é de escutar desde uma perspectiva não-dominante, desafio longo. Além disso, estamos diante de um convite-convocação trazido por um dos grandes mestres do nosso tempo, aqui ao Sul do mundo, brasileiro Nêgo Bispo. Bispo (2023) diz que para contrariar o colonialismo, precisaremos entrar no que chama de “guerra das denominações”: contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (p.12). A infância e suas palavras inventadas, sua língua ainda não submetida, parecem ser um começo nesse caminhar. Sem necessariamente precisarmos conquistar tais narrativas, mas conhecê-las em seus pedaços, aprendendo com as histórias que emergem das palavras e compondo-as também com os silêncios. Ouvir as línguas várias com paciência, e reconhecer que através delas – mesmo as línguas outrora desconhecidas – “tocamos uns nos outros” (p.233), para produzirmos, quem sabe, espaços efetivos de criação e ocupação mais possíveis para as crianças no urbano, um novo Estatuto da Cidade, onde a infância possa emergir e intervir com sua voz e sua vez.

# V: FELIZ ANO NOVO: É SEMPRE TEMPO DE REIVENTAR E EMERGIR NA INFÂNCIA



"Dobro a esquina e já sou outro quem caminha."

Luis Filipe Bueno

\* Desenho de Eduardo Sperb 6 anos/  
2003. Caminho das Serpentes  
Encantadas, Morro Reuter - RS

*Rompam os varais  
Ergam barricadas nos jardins  
Gritem com o olhar  
Salvem suas peles por um triz  
Inaugurem formas de ser  
Sejam um começo sem fim  
Façam a revolução  
Movam, desalinhem, desencaixem  
Mostrem do todo a parte  
Alegria e desastre  
Juntos num estandarte  
Ponham festa, ponham fausto  
Ponham fé no que valha  
Ponham febre, ponham alma  
Ponham fogo no mar  
Queimem os navios  
**Inaugurem formas de ser  
Sejam um começo sem fim***

*Vitor Ramil*

Tarântula Golias e Tarântula Chinesa<sup>12</sup> me brindam com uma imagem protagonizada por Aranha Corredora e dois amigos. Dizem eles que, ao fim da cena, comentaram que talvez

---

<sup>12</sup> - "Amiga, podes pedir pra que ele (o filho) escolha os nomes de vocês para que eu altere na escrita da dissertação?"

- "Mari, os nomes:

Mãe – Tarântula Golias

Pai – Tarântula Chinesa

Ele (criança) – Aranha Corredora

- "Mari, eu perguntei... "mas filho, e se fossem nomes de pessoas?""

fosse algo que me interessaria. Gosto de partir daqui, por que que uma cena como essa ocupe o lugar de interesse de uma pesquisadora é intervir com a inútil poesia que aprendi com Manoel de Barros. Estavam no carro eles, no pior momento para habitar um carro na capital do estado: sexta-feira, às seis da tarde. Tarântula Golias foi até uma festa na Zona Sul (ou era a escola? Ainda que não me lembre bem, poder ser uma festa a escola é mesmo uma cena passível de genuíno interesse) buscar Aranha Corredora e seus amigos rumo ao centro da cidade. Golias cansada, certamente sem paciência com o arranca e para que maltrata as panturrilhas nesse vai e vem da embreagem. Sexta feira, seis da tarde e ainda é logo a sua vez de buscar as crianças no revezamento com outras mães e pais? Pudera. Golias, atenta às placas, às freadas repentinas, ao movimento da cidade. Bem, a cidade para Golias. As crianças, ocupando o banco de trás, trocam figurinhas sobre o vivido na festa. Viventes vibrando quase blindados ao entorno das tantas cidades adultas experimentadas pelos carros à frente, ao lado e atrás. Dentro das muitas cidades que coexistem naquele momento, uma comum parece insurgir e só o faz pela via da infância.

Das lembranças da festa, carregam consigo um brinquedo mágico: gosto de pensar em quem fabrica determinados brinquedos, por que na minha cabeça, apenas habitando a infância é possível fazê-los. Guardar a beleza em um potinho. E incluir nesse pequeno pote duas aberturas distintas que possibilitam a magia: são potes para fazer bolhas de sabão. Aranha Corredora e seus comparsas, sem muito plano, mas contagiados pelo que viveram juntos e seguiam vivendo, abrem os vidros do carro e sopram tudo que podem, intervindo em um transparente mais colorido impossível rumo ao céu de Porto Alegre. Com as bolhas ganhando o espaço e a atenção, Golias conta que não sabe bem como justamente aí emerge um grito que engata em outro virando uma grande comemoração: eles entoam aos ventos que carregam as muitas bolhas de sabão: “feliz ano novo! feliz ano novo!”

O quase blindado estado em que viviam as crianças naquele momento cai por terra: depois de muita festa e dessa intervenção que põe Golias aos risos, Aranha Corredora e seus amigos conversam com ela... “nossa mamãe, como as pessoas são tristes né? Elas não estão ouvindo? *Elas não estão ouvindo a gente desejar feliz ano novo?*”

---

- “Ah mãe, tu que escolha daí”

## MAS AFINAL, INFÂNCIA?

De tudo que leio sobre a infância, qualquer palavra, conceito, provérbio, nada me parece melhor para iniciar um parágrafo sobre ela que pensá-la como a aprendi com Manoel de Barros: um cenário de liberdade, território de brincadeira, de fazer folia com as palavras, um lugar sempre em vias de ser e, por isso, o ponto de partida pelo qual passamos em todos os novos nasceres.

Enquanto nasce essa dissertação que quer pensar as infâncias *com* as infâncias, a primeira que convoco para a roda é a que se faz em ato: esse texto criança. E já que “o verbo tem que pegar delírio” (DE BARROS, 2015, p.83) para que emergja a voz de fazer nascimentos, aqui proponho alguns pequenos pontos de partida disso que se chama infância até aqui, e daqui por diante sempre em porvir. Trata-se de olhar para ela como um modo de vida, um processo ou uma bússola ética que caminhe de modo a operar como uma multiplicadora de caminhos que levem ao desejo e permita criar novas e necessárias realidades. (NOGUERA; ALVES, 2021). Confluindo com Manoel de Barros (2018) que diz que as idades do homem seriam três infâncias, Noguera e Alves (2021) propõe que o tempo dessas infâncias levem em conta a memória, a presença e o futuro. Traçar esse caminho significa dizer então que a infância é o trabalho de uma vida e, para tanto, toca-nos a abrir espaço para recebê-la sempre que necessite nos habitar. Criar um lugar e estar à disposição disso que nunca sabemos o que é, nunca ocupa o lugar o qual reservamos para ela (LARROSA, 2004), e é sempre algo “em vias de”. (NOGUERA; ALVES, 2021).

Em uma busca ao dicionário online à palavra “infante”, muitas definições me parecem boas no ofício de pegar delírio. A primeira é daquele que ainda não fala, e vou deixá-la para outro momento da escrita. A segunda é a que convoco para a dança de agora: uma definição militar, ainda que nada me agrade nessa instituição, e por isso mesmo a necessidade de subverter no delírio do significado em si: infante, “um soldado de infantaria que participa dos conflitos a pé”. Por infantaria, ainda: “uma tropa que emprega o fogo, o movimento e o combate aproximado em suas ações, tornando-se a peça base para manobras decisivas, nos diversos teatros de operações, formada por soldados que podem combater em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar variados meios de transporte para serem levados à frente de combate”. Gosto de pensar no infante ao transpor palavras como combate, movimento e teatro de operações para conceitos da caixa de ferramentas de uma pesquisadora e psicóloga social, uma cartógrafa. Todas elas me parecem palavras necessárias

no correr das andanças cartográficas, então voltemos. O infante como aquele que vai a pé ou variando os meios que lhe levam a chegar, faça chuva ou faça sol, em busca, aí sim, de aprender a dizer a sua palavra. Durante o tempo dessa escrita, pensamos muito sobre manter ou não essa dimensão guerrilheira como uma possibilidade narrativa e de subversão, levando em consideração a dimensão bélica e os efeitos de tais narrativas em nós; não obstante, diante do que vivemos no processo cartográfico com as crianças e os lugares e instituições pelas quais passamos, parece-me necessário que essa transposição entre guerra e guerrilha como uma aposta de trabalho na micropolítica, na dimensão molecular, permaneça como uma possibilidade e uma brincadeira que procura não dar um sentido único, mas apresentar mais uma direção. Proponho transpormos essa definição “militar” à uma definição “guerrilheira”, saindo da “guerra” como o que já foi capturado e partindo para a “guerrilha” como um combate micropolítico, uma espécie de combate não tradicional e insurgente, e é assim que os convido a ler os personagens infantes dessa escrita.

Ainda no prólogo desse texto como um desejo, em uma conversa com Luciano, o infante que me pegou pelas mãos para pensar infância na costura com meu delírio pela cidade, anoto que não se trata de falarmos de crianças, “ainda que ser criança ajude”. Se não estamos falando de infância como algo que se restringe no tempo etarista, qual seria, então, o seu tempo? Nogueira e Alves (2021) apontam o tempo da infância como um “território de encontros” (p.118). Isso porque se referem aos modos de experimentação, trabalham com um tempo integrado, um tempo que não separa sujeito e experiência, e não o separa do que já foi, do que é, e do que está por vir. Portanto, trabalham com a Zona de Emergência de Infâncias (ZEI), como a perspectiva “dos múltiplos agenciamentos da pessoa, do tempo e da experiência com o viver” (p.118), um campo indeterminado (daí zona) onde emergem blocos de sensações e prazer estético (a infância em si) de forma temporária e autônoma (por isso emergente).

Na busca e no encontro com as ZEIs, a aposta é que duas dimensões podem nos auxiliar a aguçar o faro: a narrativa e as imagens. Também aqui não podem vir dissociadas do que temos construído em relação à infância, precisaremos de um passo além para pensar em ambas. Há tempos já aprendi com Benjamin (1994) que narrar é um fazer artesão, não sendo possível que em uma narrativa não esteja impregnada com a marca do narrador. Calligaris (1998) nos aponta que “narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida”, fazendo emergir a dimensão da criação na feitura narrativa. Deleuze (2018) demonstra que para Nietzsche o pensamento não é um exercício natural, dependendo das forças que operam no pensamento. Lendo Benjamin, parece-

me que algo parecido se faz presente em relação ao ato de narrar. Isso nos importa por que, se o narrador não está absolutamente presente em nós (Benjamin, 1994), implica que tenhamos que fazê-lo surgir e insurgir como um exercício.

Voltando à essa dimensão nas ZEIs, diz-se da importância de cambiar as possibilidades de ficcionar a si, assumindo um caráter político (por isso implicado) e inacabado (e por isso parcial) da narrativa. Isso significa que, desde essa perspectiva, narrar pode e deve se tornar um ato encarnado na decolonialidade, que escape às forças de captura e silenciamento e façam surgir “a experiência de corpo presente” (NOGUERA; ALVES, 2021). Entendo que para isso o que se requer é uma prática de compartilhamento – a relação entre o ouvinte e o narrador. (BENJAMIN, 1994). Assim como a narrativa, a infância também há de passar pelo envolvimento. A isso, Nogueira e Alves (2021) apresentam como a arte de confluir, isto é, “de nos encontrarmos sem colonização e sem servidão, como uma abertura para se lançar sem medo na impermanência do mundo, no vir-a-ser, signo dos renascimentos e de infâncias como obra aberta” (p. 125), fluir juntos na ativação do desejo. E já que teremos que operar nas forças narrativas como um exercício cotidiano e como prática de compartilhamentos, nada mais potente que pensá-lo desde o tempo e o lugar da infância.

O desafio surge quando a infância, com seu enigma e seu vir a ser tão cheio de possibilidades, representa a ameaça da novidade do mundo e o tempo que se vive é o tempo do aniquilamento dela em sua liberdade (LARROSA, 2004). A política totalitária não aceita a pluralidade, pretende mudar o mundo em direção à um projeto único de futuro, submetendo a alteridade da infância “à lógica implacável do nosso mundo” (p.192), um projeto que opera quando, ao olhar nos olhos de uma criança, “já sabem, de antemão, o que vêem e o que têm de fazer com ela”. Contra o totalitarismo, a insurgência. Resgatemos o ato guerrilheiro do infante aqui trazido, a fim de abrir espaço no mundo para uma infância outra, trabalhar o olhar para acolher o acontecimento daquele que nasce, operar na potência do encontro com a infância, com as infâncias e todas as suas palavras, suas transgressões ao calendário, suas bolhas de sabão, seus porvires, seus olhares curiosos de viver e transformar o mundo.

## INFÂNCIA E COLONIALIDADE

De muitos dias se fazem uma escrita, e quero falar precisamente sobre o dia em que me encontro com esse texto – hoje. Inauguro o parágrafo no dia 20 de setembro de 2022<sup>13</sup>, dia comemorado no sul do país como a data que inaugurou a Guerra dos Farrapos. Volto para minha infância e processo de escolarização – dia em que deveríamos ir à escola vestidas de prendas, de bombachas e lenços. Alegria, músicas tradicionalistas, uma grande festa. Alguma palavra sobre a participação do povo preto nessa história? Se houve foi tão tímida que sequer me lembro. Para falar sobre isso, além de Fanon (2008) já apresentado anteriormente, convoco Sueli Carneiro (2005), filósofa negra brasileira, pensando nossos processos desde aqui, quando nos auxilia a atentar para os processos de epistemicídio se referindo ao apagamento da participação e contribuição dos povos originários e povos africanos em diáspora nos processos de elaboração do conhecimento e participação na construção da história do Brasil. Volto para hoje: o que comemoram os gaúchos nessa data? O processo de migração forçada e a posterior política de embranquecimento da população gaúcha e brasileira? A traição dos líderes brancos da revolução com os Lanceiros Negros? A conquista de não avançar em direção à abolição dos processos de escravização à época? O uso dos corpos, a emboscada, as mortes? O que comemoram? Por quê seguem comemorando um hino que, diversas vezes e por diversas vezes, foi apontado como racista? A relação entre o que se apresenta sobre o dia de hoje e o assunto dessa seção na dissertação não precisa de muita linha e agulha para se fazer. Mas o trabalho para qual convoca sim. O que me acompanha desse processo todo, desde a escola, é a implicação e responsabilidade em repensar a história, a consciência da necessidade de reparação histórica e coisas que me foram vendidas como “daqui”, *pero no mucho*: as alpargatas (porque muito confortáveis), sapatos não gaúchos, mas orientais, e o mate, que, aprendi também muito depois: é indígena. Tudo construído na alteridade, mas encoberto.

Iniciada a contextualização que me pareceu necessária nesse início, voltemos à infância e colonialidade, para, mais tarde, inserirmos ao trio a cidade. Ainda na direção de colocar em questão a lógica etarista da construção desses constructos, Nogueira e Alves (2019) fazem emergir a necessidade de diferenciação dos termos “infância” e “criança”, especialmente ao analisarmos a infância desde o lugar da afroperspectividade, onde o conceito não se encerra em

---

<sup>13</sup> Decido manter, na versão final do trabalho, a inscrição dos dias em que os textos começaram, por mais que tenham sido revisitados, revisados e revistos ao longo dos dois anos que compuseram o percurso do mestrado.

um apontamento de idade e, mais do que uma categoria sociocultural, é preciso tomá-la como “filosófica e espiritual” (p.4). A isso, referem-se à problematização do constructo “visão de mundo” para sentidos de mundo (NOGUERA, 2019; NOGUERA & ALVES, 2019) e, incluindo o pensador Antônio Bispo dos Santos (apud NOGUERA & ALVES, 2019), sentidos de mundo *afro-pindorâmicos*, que ao puxar para a roda sentidos indígenas e quilombolas, apresentam a infância como “um milagre brincante que restabelece a mais-valia da vida” (p.5).

Refazer o caminho da conceitualização da infância se faz necessário ao pensarmos sobre a colonialidade da/na infância, isso por que assim como “a criança surgiu como o outro do adulto, o negro surgiu como o outro do branco” (NOGUERA & ALVES, 2019, p. 4). Segundo os autores, enquanto o racismo estrutural e a ideia de desenvolvimento e progresso colocam a vida em risco, o adultescimento subtrai a celebração de existir. Portanto, urge o reestabelecimento da infância contra os modos de exploração da adultidade, e as práticas e pensamentos contracoloniais e afroperspectivas contra o sistema de dominação e exploração racial. Ao encontro a esse pensamento, Cida Bento (2022) aponta que “descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas” (p.23), que o processo de discriminação racial com crianças e adolescentes negros aparece nas mais variadas dimensões da vida cotidiana que impossibilitam acesso aos direitos, como a não permanência na escola, a precarização das escolas frequentadas pela população negra e pobre, o acesso à internet e acentua que, embora os impactos negativos do processo de escravização para pessoas negras sejam falados, quase nada se diz a respeito dos impactos positivos para a população branca. Quando, ao me apresentar enquanto pesquisadora, retomo a infância e o silêncio que me rodeou em relação à discussão das relações raciais, não consigo deixar de trazer para o texto esses impactos nas infâncias brancas e pretas.

Ao longo do trabalho realizado junto das crianças nesse pesquisar, algo chamou minha atenção e de mais uma das “crianças grandes” que nos acompanhava. O que aconteceu é que, no segundo grupo que aconteceu na escola, dois meninos, brancos, ao se apresentarem, decidem iniciar por uma característica inquietante. Disseram eles seus nomes, seguidos de: “eu sou descendente de italiano”. Seguiram suas apresentações e trouxeram suas ideias para a roda, mas aquela inscrição me deixou pensativa. No dia, não soube como intervir, mas fiquei com aquela como uma questão. Na tarde do passeio pela cidade, precisamos de ajuda de mais crianças grandes, como disse, precisávamos de pesquisadores que também pudessem dirigir. Dividimo-

nos em três carros e, em um deles, os mesmos meninos, juntos de mais duas meninas, dessa vez negras, juntos foram. Ao fim do dia, a criança grande que dirigiu o carro me contou que algo curioso tinha acontecido: ao entrarem no carro e se apresentarem a ele, novamente os meninos marcaram em sua fala o fato de serem descendentes de italianos, seguidos de uma das meninas negras, que se apresentou do mesmo lugar. Nessa cena, intriga que as crianças brancas decidam contar a sua história a partir desse específico marcador: serem descendentes de europeus. É como se essa fosse uma marca que lhes trouxesse prestígio, um marcador de diferença e sim, um marcador hierárquico, algo digno de se dizer. Sabemos como essa narrativa se constituiu, Galeano (2013) em sua crônica “A desmemória/4” relembra uma sabedoria africana que diz: “até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”. Esse acontecimento marca a importância de discutirmos urgentemente questões raciais em todos os espaços e de operarmos em um trabalho de racialização de pessoas brancas, para que saiam da lógica do sujeito universal, e entendam o que tais heranças significam.

Essa cena marca como a colonialidade segue se atualizando ainda e sempre através de uma história única, do silêncio, da violência, humilhação, expropriação, invisibilidade e da não apresentação de uma história reparada e revisitada para que crianças brancas possam crescer implicadas com uma mudança radical nas estruturas sociais e com a quebra do pacto da branquitude. Nêgo Bispo (2023, p. 53) nos lembra que “cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta para que não ataque a minha geração neta, elas só são necessárias se fizerem isso, porque isso é o que é necessário fazer”. Eis aqui um desafio para os adultos que se comprometem com a construção desse outro mundo. Também para que crianças negras e indígenas se reconheçam como protagonistas das suas e das nossas histórias. hooks (2020) fala sobre o sistema de educação vigente como estruturado “para reforçar a supremacia branca, ensinando as crianças brancas ideologias de dominação e a crianças negras ideologias de subordinação” (p.53). Segundo a autora, também os questionamentos feministas ao patriarcado se apresentam como uma necessária insurgência para mudanças. Bento (2022) aponta a urgência de implementação de políticas concretas de equidade, a necessidade de qualificar as vozes pela diversidade e democracia para que não mais uma única história se conte e hooks (2020) inspira a construirmos caminhos que levem à libertação, entendendo que esse é um processo contínuo que insurgirá ensinando a nós e às infâncias várias a “transgredir e transformar” (p.59), fazendo ruir todos os mundos onde reinem

os “cães de guarda do colonialismo” (CÉSAIRE, 2006). A aposta aqui é que a infância pensada desde uma perspectiva que coloca em *xequê* a organização misógina do mundo, bem como uma infância contracolonial, possa nos auxiliar no estabelecimento de uma “política brincante” e a convocação para uma vida em estado de infância (NOGUERA, 2019, p.137), mais próxima de modos de vida que se impliquem na erradicação da expropriação de alguns grupos pelos outros e na construção de mundos melhores, democráticos e justos. (BENTO, 2022).

## **CIDADE E COLONIALIDADE: PROJETO DE BRANQUEAMENTO, MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E GENTRIFICAÇÃO COMO ORGANIZADORES DA VIDA URBANA**

Durante o trabalho de pesquisa para a conclusão do curso de psicologia, já havia me aproximado de teorias que surgem para caminhar rumo à compreensão da construção das cidades e dos espaços urbanos. Lá, uma das descobertas foi a de que se nas cidades emergem distintos e singulares territórios, nesses, estão implicados personagens e paisagens que se distinguem e se complementam, fazendo com que os territórios existenciais estejam sempre em produção, compondo assim um lugar de passagem – e não um local intacto. (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Aqui, aponto inicialmente uma dimensão da cidade como espaço de encontro, de aposta nos movimentos, de emergência de histórias e narrativas muitas. Não obstante, também fui compreendendo que a cidade, da forma como se estabelece e como, paulatinamente, foi constituída, também contribui para a convenção de lugares sociais. No sistema capitalista, sobretudo, as cidades possuem aspectos de desumanização, onde o que opera é uma necessidade de produção e a transformação de sujeitos e sua mão de obra em mercadorias. (BAPTISTA, 1999). Essa organização, segundo Guattari e Rolnik (2013), subsidia a criação e a garantia de funções hegemônicas e contribui para a produção da noção de indivíduo. Os autores apontam que o capitalismo produz, também, subjetividades – inclusive inconscientes – de modo a engendrar sonhos, devaneios, fantasias e paixões, isto é, inscreve-se no desejo.

A isso se liga agora, ao longo do percurso do mestrado, a necessidade de rever a constituição histórica do país em que vivemos: falo de um país que vive as marcas da colonização, de séculos de injustiça social onde a branquitude segue não reconhecendo a dívida histórica da escravização. Falo de um país de mais de onze milhões de sujeitos não alfabetizados – em sua maioria negros. (IBGE, 2017). De um país onde 93,8% das mortes violentas são de jovens, e que quando, aos 21 anos de vida, no auge maior de probabilidade de um sujeito sofrer

um homicídio, pretos e pardos vêem suas chances aumentadas em 147%. (IPEA, 2016). Alguns autores falam sobre a estigmatização da pobreza, marcada por um dispositivo de incriminação que deslegitima social e politicamente os sujeitos. (BERTELLI; FELTRAN, 2017; COIMBRA, 2008). Mas atenção, não todos os sujeitos! Falamos em uma dinâmica social atravessada pela exclusão social, racial e urbana. Falamos de signos que produzem não só a figura do “cidadão de bem”, tão comumente clamada em momentos atuais, mas também do “inimigo comum”, aquele a ser combatido. (BERTELLI; FELTRAN, 2017). Falamos em um medo que é produzido e direcionado a determinados espaços urbanos, de um medo que nasce quando a tentativa de homogeneizar todo desvio da norma vigente (também criada em favor da manutenção do status quo) falha. De um medo que nasce do campo discursivo do pressuposto higienista e que produz os heróis e os bandidos, os sadios e os doentes, aqueles dos quais não precisamos nos preocupar (não levantam suspeitas) e, do outro lado, os perigosos e infames. (COIMBRA, 2008).

Diante disso, penso que aqui, na construção desse trabalho, olhar a cidade terá de ser olhar a cidade na costura com as marcas da colonialidade e, mais especificamente, a colonialidade do poder e do saber. A colonialidade do poder opera por meios materiais e subjetivos e pode ser entendida como o conceito que faz emergir um padrão hegemônico e racista do poder. Nela, a raça surge como principal elemento para dominação social e se une à dimensão da exploração social fundante do capitalismo e à captura dos modos de produção de conhecimento e formação subjetiva do eurocentrismo, decidindo o modelo de poder que rege o mundo e a sua geografia social. (QUIJANO, 2002). Voltando ao discutido no tópico Infância e Colonialidade, penso na força que a colonialidade do saber se apresentou na minha experiência de aprendizado na escola e no/sobre o mundo: o aprendizado da “história oficial” do país, dos estados em que vivi e sobre a formação histórica das cidades, onde houve a supressão da contribuição ou mesmo da presença negra e indígena. Agora, no transcorrer do mestrado, torna-se um compromisso não só de apresentar tais atravessamentos racistas na organização de um pensamento sobre as cidades, sua arquitetura, seus habitantes e as relações ali tecidas, mas de escrevê-los colocando em questão o lugar da branquitude nessa formação – inclusive a minha, enquanto pesquisadora. É por isso que iniciamos aqui o tópico Cidade e Colonialidade.

Iniciaremos retomando um dos projetos centrais na história brasileira para a compreensão da organização urbana e da construção das cidades hoje: o projeto racista de embranquecimento da população. Para a escrita desse tópico, baseio-me no texto *Branquitude*

*e branqueamento no Brasil*, de Maria Aparecida Silva Bento (2002). Falamos da lógica de migração de europeus, que voltaremos a seguir, mas também de uma lógica de branqueamento que segue se atualizando por diferentes dispositivos, dia após dia. Projeto de embranquecer a cultura, os costumes e a melanina. Uma lógica que se sustenta desde o medo da elite branca, ainda no final do século passado, de se ver em um país majoritariamente não branco, fruto do projeto de migração forçada, estupro das mulheres e escravização. Um medo que se baseia, não só, mas também inconscientemente, em processos de projeção do branco com o não branco, delegando ao outro a imagem que reflete toda sua brutalidade e preconceito e justificando o injustificável a partir da ocupação do lugar de vítima. À época, o medo que ali emergia deu conta de adotar estratégias planejadas de migração europeia com intuito de branquear o país, oferecendo-lhes políticas de afirmação através de distribuição de terras e trabalhos no crescente processo de industrialização do país – políticas das quais hoje se colocam contrários quando direcionadas à população negra e indígena. A migração europeia acaba excluindo, uma vez mais, massivamente a população negra e indígena que aqui estava. Para a psicologia, um ponto importante nos processos de análise desse momento histórico é a avassaladora quantidade de pessoas negras que foram encarceradas e sujeitadas ao confinamento psiquiátrico. (BENTO, 2002). Diante disso, torna-se impossível ignorarmos que essa política do Estado e da elite branca brasileira passa a demarcar o campo das cidades, sua formação e manutenção dentro da lógica da exclusão e expropriação até os dias de hoje. Por isso, ainda que à época tenha acontecido o advento da formalização legal da abolição da escravatura – acontecimento que ressurge de tempos em tempos para reafirmar supostos direitos iguais alcançados até nosso momento histórico pela branquitude – é que precisamos ruir com a ideia que persiste de que vivemos em posição de igualdade entre brancos, negros e indígenas.

A mesma política de embranquecimento se dá alicerçada ao que já foi citado anteriormente, mas que julgo imprescindível para a continuidade dessa construção: o mito da democracia racial e o pacto narcísico da branquitude. O pacto da branquitude é um termo que conheci com a leitura recente do também livro de Cida Bento (2022). Ali, a autora denuncia e evidencia a herança recebida pela nova geração de pessoas brancas que se inscreve na subjetividade. Uma herança não reconhecida nem falada, de modo a eximir a branquitude de uma história de violações e atos anti-humanitários do tempo de escravização e dos que seguem se atualizando dia após dia. Costurado ao contrato subjetivo da branquitude, soma-se algo muito em voga na lógica neoliberal que sustenta o capitalismo: a noção de mérito. Visando a

perpetração dos privilégios brancos, assumimos o discurso de que os privilégios dos quais usufruímos enquanto brancos seriam meramente frutos do nosso esforço e trabalho, bem como daqueles que nos antecederam. Temos assim, a meritocracia como álibi perfeito para que o acordo não se rompa e possa seguir forte nas gerações que nos procederão. Sabe-se que o movimento negro vem pautando a discussão sobre a colonialidade e o racismo há um tanto, engendram-se no movimento de politizar a raça de modo a retomar a dimensão emancipatória e não inferiorizante da mesma. Quando falamos em movimentos de mulheres negras e indígenas é fundamental sabermos que se tratam de movimentos que produzem contranarrativas, denunciando mas também reivindicando e protagonizando a ocupação de espaços de poder. (BENTO, 2021). O pacto aliena a memória e opera na supressão das diferenças, alicerçando o que Mbembe (2021) descreve como necropolítica.

Mbembe aponta para uma política de morte que se dirige à determinada parcela social e racial – pretos e pobres – com o extermínio concreto desses sujeitos e com o aniquilamento e exclusão das possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal bem como ao acesso à garantia de direitos, sendo delegados às margens simbólicas e concretas das cidades. O autor denuncia uma máquina de guerra onde o Estado de exceção se torna a regra e onde operam as barbáries racistas direcionadas a essas vidas entendidas como matáveis. Articulado os conceitos de Necropolítica de Mbembe (2021) e do Pacto da branquitude de Bento (2022), não fica difícil compreendermos o terceiro conceito, anunciado no início desse parágrafo: o mito da democracia racial. À contrapelo da máquina de guerra e da política de extermínio em voga – aqui no Brasil evidenciado com o índice aterrorizante de assassinatos aos jovens negros e periféricos – o pacto narcísico da branquitude encobre e alimenta a falsa premissa discursiva de que vivemos em uma democracia racial, o famoso “racismo não existe mais”, infelizmente ainda muito escutado por aí.

Como pesquisar é sempre pesquisar em um tempo histórico e em um contexto político, econômico e social, não sendo possível nos apartarmos dessa importante articulação, sob risco de nos isentarmos das responsabilidades dos nossos tempos, preciso estabelecer um paralelo entre os últimos acontecimentos – cenas vividas na mesma semana em que escrevo esse texto – os dias pré e pós eleições, ano de 2022. Na manchete da página do jornal CNN lemos: *“Roberto Jefferson resiste à prisão e atira contra policiais federais no RJ”*, seguido de trechos da reportagem que afirmam que *“os indícios não deixam dúvidas de que Roberto Jefferson aguardava a Polícia Federal e agiu de forma premeditada e com intenção de matar os policiais,*

*e que se recorda de ao menos três explosões de granada e muitos tiros” e que o mesmo “admitiu que deu mais de 50 tiros de fuzil calibre 556”. Foram mais de oito horas de negociação, envolvendo inclusive a presença do Ministro da Justiça e Segurança Pública, até que Jefferson fosse encaminhado para a delegacia. Outra notícia que merece destaque é a trazida pelo portal do G1: “Nesta última segunda-feira (7), viaturas da PRF foram atacadas por manifestantes que mantêm bloqueio na BR-163, em Novo Progresso. Na ocasião, houve disparos de armas de fogo, mas o atirador não foi identificado. A Polícia Federal instaurou inquérito sobre o caso.”. A reportagem se refere às manifestações antidemocráticas de grupos bolsonaristas que tomaram as ruas e rodovias do país após o resultado das urnas culminarem na eleição de Lula para a presidência. Em dois Estados, nesse mesmo dia, os manifestantes aparecem em vídeo batendo em policiais com barras de ferro, atirando cadeiras e objetos e disparando com arma de fogo em suas viaturas. Quero, antes de seguir, dar destaque à frase: “a Polícia Federal instaurou inquérito sobre o caso”.*

Em um contraponto a esses dois lamentáveis fatos trazidos no paragrafo anterior, adiciono uma manchete do jornal El país, no ano de 2021: “Dois anos depois, ‘caso dos 80 tiros’ segue sem solução.”. O referido “caso dos 80 tiros”, suprime o nome de Evaldo Santos, homem assassinado com *oitenta* tiros em uma atividade irregular do Exército Brasileiro. Os militares, na ocasião, alegaram que alvejaram o carro onde estava Evaldo com sua família (incluindo crianças) “por engano” e, desde então, o caso segue sem uma justa resolução. Evaldo Santos era um homem negro.

Foram *oitenta* tiros. **Oitenta.**

\*\*\*\*\*

Retomar o caso do assassinato de Evaldo articulando com as outras duas notícias trazidas anteriormente não vêm de modo a sugerir que nos dois primeiros casos a condução tivesse sido a de extermínio e execução sumária como no terceiro. Mas penso serem importantes e concretas cenas para tensionar o discurso que sustenta o mito de que vivemos em uma democracia racial. A abertura de inquéritos, o trabalho com cautela e comprometimento com os direitos que nos deveriam ser garantidos parecem se dirigir a uma determinada parcela da população – diga-se branca e rica – enquanto aos demais o que se atualiza é a política de morte trazida por Mbembe (2021). Os casos noticiados também evidenciam uma lógica de permissão de circular e habitar a cidade e os espaços (vejam, a qualquer custo) que a branquitude e as classes elitizadas se beneficiam em detrimento da coibição do acesso e circulação nas mesmas

áreas das cidades lançada sobre a população negra e pobre. Nem mesmo as casas parecem ser lugares seguros dentro dessa perversa lógica genocida e racista. Segundo Cida Bento (2021), precisamos monitorar o trabalho do Judiciário que atua, muitas vezes, na proteção dos seus “iguais” brancos e da elite, fortalecendo discursos que legitimam a violência contra os considerados “não iguais”, o que, nas palavras da autora “é uma das grandes características do pacto narcísico” (p.49). Mombaça (2021, p. 46) nos relança para esse tensionamento ao perguntar: “Afinal, o que é um crime, quando o próprio modo de funcionamento da justiça se faz inseparável de um projeto de atualização perpétua da injustiça como fantasia de controle?”. No caminho de combate às estruturas institucionais que estruturam a lógica colonial, um importante fator pode emergir como potente possibilidade de transformação: além de compreender como as desigualdades raciais se sustentam também a partir do sistema Judiciário, precisamos garantir o acesso de pessoas não brancas tornando mais plural o grupo dos operadores do direito de modo a apostar que a “justiça racial se torne efetiva” (BENTO, 2021, p.49).

Mas não basta, enquanto branquitude, que sigamos apenas na direção de nos aproximarmos e apoiarmos o que os movimentos negros vêm construindo a duras penas. É preciso que rompamos com a naturalização da figura do branco como a do sujeito universal e nos comprometamos nós também com uma transformação nessa estrutura racista. Trata-se de um exercício de nomear a norma, proposto por Mombaça (2021, p.53): “A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho”. Por isso, precisamos também politizar a raça, pensar e tensionar nossa condição e privilégios de branquitude, reitero: romper com a naturalização da figura do branco como sujeito universal. Na posição de pesquisadora e militante branca, também aqui se instaura uma questão, uma vez que mesmo nos grupos que defendem ideais de igualdade de oportunidades, como parte da academia e dos movimentos de esquerda, prevalece um desconforto de se retirar do lugar privilegiado que gozamos enquanto brancos, muitas vezes produzindo ou compactuando com a lógica do silenciamento. (BENTO, 2021). Precisamos nos empenhar na implementação de políticas concretas comprometidas com o combate ao racismo, indicar e enfrentar situações de racismo cotidianas, nos nossos espaços de trabalho, de aprendizagem e de ocupação da cidade. “São as dinâmicas de interação uns com os outros e com o mundo, enfim, toda a série de gestos, circuitos e processos que dão textura à vida branca como norma

social que devem ser postas em xeque pelas alianças brancas” (MOMBAÇA, 2021, p.30). Precisamos nos comprometer em erradicar a lógica meritocrata que sustenta que não existem diferenças de oportunidades, acessos e recursos para brancos e não brancos (BENTO, 2021). Precisamos nos empenhar com a derrocada do pacto narcísico, racializando-nos e compreendendo nossa herança histórica de expropriação e exploração, compreendendo que se trata de um trabalho intenso e duradouro que envolverá reaprender a história e as ideologias, que aqui, no lugar da academia, envolve também questionar o epistemicídio e se aproximar de outras possibilidades de conhecimento, organizando-nos coletivamente para avançarmos rumo a agenda de equidade e ações afirmativas e fortalecermos “publicamente a retomada dos direitos constitucionais e das redes de proteção conquistadas pelas populações femininas, negras, quilombolas e indígenas”. (Ibid., p. 129). Precisamos lutar, como tenho aprendido com Mombaça (2021), pelo fim de *um* mundo.

Por fim, diante do fio que tecemos até aqui, poderemos chegar ao conceito de Gentrificação como mais um articulador da relação entre cidade e colonialidade. Antes de seguir, nosso querido poeta inspira os parágrafos que virão. Sugiro novamente fechar os olhos e sentir o que a música convoca.

<https://youtu.be/OrQIMUe2uBQ>



Gentrificação é o conceito utilizado para dar conta de explicar a exclusão e o afastamento forçado da população negra e pobre para áreas distantes e marginais das cidades, caracterizando um projeto higienista de assepsia e “limpeza social”. (JACQUES, 2011). Processos de gentrificação estão intimamente atrelados ao racismo urbano através da colonialidade do poder e do próprio sistema capitalista e dizem respeito à violação de direitos e à criminalização da pobreza, acarretando divisões que inauguram as segregações ou valorizações de determinados territórios das cidades. Não raro, ouvimos ainda hoje defesas de lógicas higienistas e da gentrificação a partir de premissas morais que incluem, inclusive, um determinado “senso estético”. Mas a ideia, ainda não como um conceito estabelecido, já havia surgido no pensamento marxista. Na obra datada de 1867, mas que tenho acesso através do livro da editora Boitempo, de 2015, Marx aponta que em nome de um crescimento das cidades unido à construção de espaços para usufruto da burguesia, incluindo instituições como os bancos – e acho simbólico trazer isso para cá – os pobres foram sendo erradicados para áreas mais densamente habitadas e para lugares cada vez mais escondidos. Berth (2023) escreve que os processos de gentrificação diz da expressão da luta de classes, transformando a moradia em um dispositivo que consolida a hierarquia social. Retomando o pensamento marxista, o simbolismo de enfatizar a construção de bancos como uma das premissas para remoção forçada de uma parcela da população me lembra o pensamento de Milton Santos (2013), que não nos deixa esquecer que no capitalismo o que podemos ver é a receita pública sendo direcionada à uma cidade *econômica*, e não a uma *cidade social*. Podemos falar assim, que ao falarmos em gentrificação, assumimos que há uma “mercantilização espetacular das cidades”. (JACQUES, 2011). Jacques se refere à uma lógica de espetacularização das cidades que pode operar através de intervenções urbanísticas que reforçam a homogeneização das cidades, produzindo uma imagem de *marca da cidade* –apartando os cidadãos da participação nos processos de planejamento urbano, já que assim a cidade se torna um palco e o cidadão um mero espectador.

Para pensar os processos de gentrificação, será necessário, também, retomarmos o caminho da discussão da colonialidade. Isso porque, dentre as muitas complexidades, o exercício colonial, no desenvolvimento do urbano, apartou-nos da natureza, conectou-nos, antes, com a necessidade de acumulação. Os espaços da cidade, muitas vezes espaços de confinamento social privados, “foram projetados para interromper o contato humano com o meio externo e tornar o consumo uma entidade ordenadora do espaço e da vida” (BERTH, 2023, p.14). Raquel Rolnik (2019, p.36) diz que “o ideário destes modelos vai penetrando nas

cidades e nas políticas urbanas, capturando territórios, colonizando espaços e formas de viver. Não por acaso, são espacializados justamente sobre a destruição das paisagens para a vida”. Nêgo Bispo (2023), ao encontro disso, afirma que as cidades são, sobretudo, estruturas colonialistas. Diz que apesar de nem todas as pessoas que habitam a cidade serem povos colonialistas, ela, a cidade, é um território colonialista. E conta como isso se espalha nas instituições presentes nas cidades. Ao falar sobre as escolas, apresenta o quanto a tradição da oralidade se perde na cidade, diz: “na cidade, só havia a escola escriturada. Não havia outras escolas, escolas da inspiração ou da brincadeira” (BISPO, 2023, p.24). E esse é um pensamento que se une à lógica da gentrificação porque leva para a margem não apenas territorial, mas leva todo um outro modo de ver e viver a vida ao universalizar, inclusive, a forma de aprender. Arrasta e engole outros possíveis, segue marginalizando.

O autor também diz que nas cidades se fazem casas onde não há nem espaço, nem relação com o território. A lógica colonial que instaura a gentrificação urbana rouba a sabedoria ancestral que nos ensinava a posição ideal para a construção de uma casa de acordo com a queda da chuva, denuncia a arquitetura colonialista que faz com que tenhamos muitas casas, mas menos espaço. Diz da necessidade de retomada de uma arquitetura contracolonialista, uma arquitetura quilombola que integra, que valoriza, assim como já trazido aqui anteriormente, outros sentidos do mundo. Paladar, por exemplo. Uma arquitetura que é pensada a partir da comida, da arte, do saber artesanal. E para engendarmos na discussão as infâncias, torna-se fundamental nos encontrarmos com esse pensamento de Nêgo Bispo. Ele questiona: “qual a parte mais necessária de uma casa no quilombo? É o quintal. O quintal é essencial porque é onde as crianças aprendem a fazer tudo” (BISPO, 2023, p. 59). Como podemos pensar espaços para essa dimensão da aprendizagem em territórios submetidos à tamanha exclusão e não acesso? Como poderemos cuidar das crianças e integrá-las à comunidade quando essa lógica que marginaliza não possibilita nem mesmo espaço?

Adentrar na gentrificação como um dispositivo urbano de higienismo social a partir da epistemologia decolonial implica retomarmos o conceito de necropolítica trazido aqui anteriormente. Mbembe (2021), ao apresentar o conceito de necropolítica, apresenta o projeto de ocupação colonial também como a afirmação de um controle territorial, geográfico, que inscreveu – e segue inscrevendo – hierarquias e fronteiras, o que inclui o que hoje conhecemos como gentrificação urbana e higienismo social e racial. Na prática, a necropolítica atua lançando mão das remoções forçadas, afastando dos centros urbanos, marginalizando,

removendo ou não garantindo direitos, além do que vemos sendo cotidianamente reinventados, os dispositivos arquitetônicos que compõe barreiras e impedem acesso e permanência de determinadas pessoas em espaços da cidade. Costurar à trama da gentrificação a necropolítica implica em trazer para a discussão a gravidade do que opera quando falamos nesse fenômeno. É dizer o que precisa ser dito: operar a gentrificação é também um modo de fazer morrer.

Fazer morrer corpos, especialmente corpos pretos e pobres, e fazer morrer suas manifestações culturais, sua identidade social. Enquanto estudo gentrificação, encontro um trabalho de conclusão de curso, datado de 2017, escrito por Estella Dutra, onde a autora estuda a construção do complexo cultural do Porto Seco em Porto Alegre. Dutra (2017) escreve sobre como os processos de gentrificação atuam também nas estruturas culturais de uma cidade, analisando como a cultura do carnaval na cidade de Porto Alegre vem sendo transferida, ano a ano, para áreas mais afastadas do centro da cidade, de difícil acesso, ficando, assim isolado. Uma festa como o Carnaval que, além de uma importante manifestação cultural, pode ser lida como brincadeira – de gente grande e pequena. Uma grande festa na rua. O interdito do prazer de brincar sustentado pela lógica racista da necropolítica. Joice Berth, arquiteta e urbanista brasileira, escreve em seu livro “Se a cidade fosse nossa” que “a configuração das cidades está permeada por símbolos que estimulam o individualismo e reafirmam a continuidade das supremacias e hierarquias sociais” (BERTH, 2023, p. 13). Uma festa popular e comunitária como a do carnaval pode ser uma ameaça a tais símbolos. Pensar a articulação entre a gentrificação e os processos de individualização abre caminho para questionarmos a lógica arquitetônica que prioriza a construção de prédios e caminha de mãos dadas com a especulação imobiliária, aponta para a necessidade de olharmos para como esse fenômeno, segundo a autora, faz com que nas cidades já não haja espaços onde as pessoas possam circular e permanecer, tampouco construir vínculos e relações de vizinhança. (BERTH, 2023). A autora também faz a necessária articulação entre racismo no meio urbano e a lógica da gentrificação ao dizer que “falar em gentrificação é abordar também o embranquecimento de bairros negros e de toda uma simbologia que se estabelece em conjunto com essa prática urbana que consolida a mensagem oculta “Esse lugar não é para você”” (BERTH, 2023, p. 51).

Joice Berth (2023) retoma o livro escrito por Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg, “Lugar de Negro”, datado de 1982 e recentemente republicado em uma nova edição, em 2022. Quando me encontro com o texto de Lélia e Carlos, os autores fazem uma importante retomada histórica desde o processo de escravização e explicitam o quando o lugar histórico convencionado à

peças brancas diz de um acesso à moradias espaçosas, com garantia de segurança e policiamento, enquanto o lugar do negro remete ao oposto, passando pela estrutura da senzala até as favelas e seus conjuntos habitacionais, lugares de insegurança geográfica e social, onde a presença policial não opera na mesma lógica de proteção, mas de amedrontamento, opressão e violência. Tudo isso visando uma política que segue nos acompanhando de divisão racial do espaço (GONZALES, HASENBALG, 2022). A gentrificação se instaura como uma forma de perpetrar o eugenismo e a lógica higienista, ditando quem pode ou não habitar os espaços urbanos e a quem são destinados os espaços físicos na cidade partindo do lugar social que se estabelece com as divisões de raça, gênero, classe social e outras desigualdades. (BERTH, 2023).

Diante disso, emerge como uma questão para nós psicólogas, estudiosas das cidades, cientistas sociais, planejadores urbanos e cidadãos comprometidos com uma transformação radical das estruturas racistas que seguem produzindo as cidades: “como podemos repensar a arquitetura e a paisagem, e a prática urbanística, como uma práxis para a libertação e a autonomia?”. Essa é uma pergunta levantada por Arturo Escobar (2020) que afirma depois que não se trata da criação de novas normativas sobre como habitar o urbano, é preciso “reinventar novas formas de habitabilidade que satisfaçam princípios básicos de interdependência, de se basear na interdependência entre tudo o que existe – certamente, entre seres humanos e seres não humanos” (p.56). Rolnik (2019) diz que para que seja possível pensarmos práticas que contestem a lógica vigente, será necessário um processo de descolonização da imaginação planejadora, colocando em questão a dimensão da modernização tão insistente nas políticas públicas e planos de construção urbanos. Precisamos entender que “o amanhã não está à venda” (KRENAK, 2020), o que envolve pensarmos também a natureza e seus recursos. Que bonito o caminho de cartografar como a infância e a natureza poderiam dialogar para que a venda do amanhã não se concretize, não? Devemos retomar a aposta na potência de estar juntos, fazer juntos, ocupar a cidade e dar a ver processos e projetos de exclusão urbana. Questionar radicalmente as estruturas que as formam e todas as instituições que operam na manutenção dos processos de desigualdades sociais, a começar pelo racismo, pela branquitude, as normativas de gênero e sexualidade, a visão etarista do mundo que silencia e oprime as infâncias, a subalternização das classes trabalhadoras, o descarte dos idosos e a mercantilização da vida. Urge refazer modos de viver e com eles, sonhar com territórios livres e igualitários.



## **POR ISSO CUIDADO MEU BEM, HÁ PERIGO NA ESQUINA?**

Ficamos pouco mais de um mês indo até a escola Neuza semanalmente, sonhando cidades, falando cidades, sorrindo e chorando cidades. Quase ao fim do percurso, algo foi ganhando um corpo impossível de não ser visto, daquelas coisas que ou não olhamos e assumimos que ali não teremos fôlego para mergulhar, mas que dali poderiam surgir muitos caminhos para pensar o pesquisar. Ou olhamos, como disse, já não parecia ser possível não olhar, e assumimos que tentaremos pensar juntos sobre, mas que pela complexa teia que parece se enredar, algo pode faltar ao analisar. Compartilho com vocês o que resta do projeto, o rabo que segue se demorando em meu pensamento, apontamentos, desejos de pensar mais. Desde nossa apresentação e durante todos os encontros em que, em círculos conversávamos, brincávamos e fazíamos arte, falar sobre “cidades” passou a ser falar sobre Porto Alegre. Primeiro de uma forma mais aberta, como se o que eles conhecessem de uma cidade fosse mesmo a cidade onde vivem, Porto Alegre. No entanto, com o passar do tempo, fui sendo tomada de um estranhamento... como tudo que vem para universalizar, Porto Alegre, em suas falas, também parecia uma cidade universal. Era como se estivéssemos falando de uma cidade distante, ou mesmo falando apenas do centro da cidade. Ao passo em que fui percebendo uma certa “ausência” de falas que dissessem da comunidade em que viviam, ia tentando “puxar” a conversa para aqueles lados. Pensar cidades dentro da cidade, exercitar um olhar para o próprio bairro, a própria rua, a própria escola. E eram duas ou três frases e voltávamos a falar sobre a superlotação do centro, as praças que estavam em outro bairro, os cartões postais. É evidente que pensar a Orla, os shoppings, os acessos, o lago Guaíba e mesmo o centro da cidade era algo que importava. Contavam-se histórias, rememoravam afetos, diziam de vontades não realizadas, de sonhos para aquela cidade. No entanto, ali, onde cotidianamente a vida se fazia, o silêncio parecia reinar. Três encontros antes de finalizarmos nossas tardes juntas e juntos, aconteceu a atividade do mapa. Além de pensarmos o itinerário da semana seguinte, fui me dando conta o quanto para falarem sobre território, precisavam falar sobre afetos. Tudo que se construiu nessa pesquisa junto às crianças foi a partir da ética da experiência e experimentação que tinham. Comecei eu, fazendo um pequeno bilhete no lugar exato onde ficava a escola no mapa: “aqui conheci vocês” e um desenho de coração ao lado. Queria ver se aquele gesto, movimento, verdadeiro e afetivo movimentava algo para que pudéssemos falar dali. Mas nada. Percorreram os estádios de futebol, Orla, Redenção, bairros em que moraram em outros momentos da vida, casa de parentes. Nenhuma criança procurou a própria casa, a própria rua.

Seria pelo componente de novidade que o mapa apresentava? Ainda hoje não sei responder. Eles também não souberam responder muito bem quando, no último encontro, conversamos sobre isso. Por isso fica essa como uma questão em aberto, mas que teve seus bonitos desdobramentos.

Como a saída pela cidade não incluiu o próprio bairro e não tínhamos mais tempo para programar uma nova saída que colocasse o bairro como itinerário, ou mesmo por que não sei, enquanto pesquisadora, se haveria de ser uma possibilidade, já que estava muito antes marcado pelo meu desejo do que pelo deles, nosso último encontro foi uma brincadeira com óculos de brinquedo que ficou batizada como “me empresta teus olhos?”. Depois de muito pensar e de algumas orientações, decidi que seria importante compartilhar com eles meu estranhamento. Sair um pouco da minha fantasia para analisar aquilo que acontecia e deixar que eles, cartógrafos que iam construindo comigo, pudessem dizer por si mesmos. O que encontrei foi uma espécie de silêncio primeiro. Alguns diziam “*nem percebi que a gente não falou daqui*”, mas tivemos aquela última tarde para pensarmos juntos o que aquilo poderia significar. Cada uma e cada um ganhou um óculos onde podia inscrever palavras ou frases que falassem do que sentiam em relação ao próprio bairro e, depois, apresentaram aos demais, trazendo seus olhares, emprestando-os. Compartilho algumas das frases que surgiram:

*“Pra tu ver assim, como que eu gosto só mais ou menos. Minha cunhada saiu pra trabalhar assim mexendo no celular, daí ela tava parada. Passou uma moto ali pegou o celular direto assaltou e saiu”*

*“Eu comecei falando da minha casa. Minha casa é meu lugar favorito porque tem TV, tem internet. é a minha casa, o meu cafofo. Eu gosto de ficar ali. Eu coloquei comida também porque eu adoro a nossa cultura de comida aqui. Churrasco, maionese. Também a natureza. Tem no morro do osso, que é aqui pertinho. Tem poucos lugares que tem natureza aqui. Eu coloquei também sobre os meus vizinhos, que são chatos. Porque tem aqueles vizinhos que brigam entre os outros e tem vizinho que não gosta de criança, o que eu odeio demais. Eu moro em um condomínio né? E eu tenho os meus amigos lá. E tem os vizinhos que ficam reclamando do nosso barulho”*

*“Aqui as vezes dá pra encontrar galinha, pato, ganso, mas tem muitas praças que estão estragadas, onde tem balanço, escorregador estragado que não são arrumados há bastante tempo. Tem vários clubes de vôlei por aqui, eu jogo em dois clubes. Tem lugares bonitos, e também tem pessoas de tudo quanto é tipo, etnia, raça, cultura. Eu gosto de encontrar pessoas diferentes”*

*“Eu coloquei que tem muito movimento no lugar onde eu moro, muitos carros passando, pode ter assalto. Tem muita violência, eu já vi... tinha*

*gente com arma, gente apanhando na rua, eu já vi vários lugares assim. E que também tem praças assim, elas estão velhas, mas tem”*

*“Eu gosto bastante da minha casa, porque lá é onde eu passo mais tempo, onde eu jogo videogame, eu coloquei que eu não gosto do centro. Subindo na rua da fé na subida da esquerda da escola tem muito lixo. Na rua da fé tem muito muito lixo. Eu também coloquei que eu não gosto da vila. Porque aqui tem bastante tiroteio. Inclusive soltaram um rojão ontem na frente da minha casa. E isso significa que tá chegando droga (sussurrando)”*

*“Eu coloquei que tem muito campinho de futebol pra jogar, que os postos de saúde aqui são bons, até os de gasolina também são bons. E também as coisas aqui eu não acho muito caras. Aqui tem muitos tiros, inclusive já pegou no meu portão. Uma vez aconteceu que eu tava descendo a rampa e aconteceu... e aqui também tem muito racismo. Eu acho pelo menos. E muitos homens batem nas mulheres aqui”*

Difícil não retomar a discussão salientando a lucidez das crianças ao falarem sobre o território onde vivem. Dizem de afeto, de cultura, de amizades e dos seus refúgios, sem deixar de denunciar as durezas que lhes são cotidianas, fruto da desigualdade social absurda a que estão e estamos submetidos. Ao reler suas falas, penso no bonito movimento que fazem ao me emprestarem seus olhos. O quanto foi possível de se abrir a partir dessa última tarde juntos. Desde a atividade do mapa, fui entendendo que, para aquelas crianças, falar de território era falar sobre afetividade. Que falariam a partir de suas vivências com o território, o que marca uma diferença dos adultos que podem, utilizando-se da racionalização, falar sobre toda e qualquer coisa, munindo-se do montante de informação que nos chega todos os dias. As crianças falam, ao contrário, do que lhe acontecem. Apesar de clichê (o google anuncia que são mais de oito mil citações, os clichês às vezes fazem seu nome e o merecem), recorro ao clássico texto de Jorge Larrosa Bondía para pensarmos sobre isso. Bondía (2002) alerta que a informação é quase uma antiexperiência, diz: “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (p.21). Parece que a infância faz uma abertura para retomarmos essa via como via possível de produção de saberes e conhecimento. Apostar na experiência vivida, nomear e dizer de um território a partir dos ônibus que pegamos com nossas avós, das tias que oferecem café da tarde e mesmo dos vizinhos que reclamam na nossa condição infante e barulhenta. Construir saberes territoriais a partir do nosso olhar para o mundo, do nosso envolvimento com ele. A infância pesquisando territórios a partir do saber da experiência instaura, para nós, adultos que pesquisam, a necessidade de suspendermos nossa rigidez com o desejo de verdade, a noção de replicabilidade

do saber, a lógica da universalização. A infância pesquisando territórios descoloniza os saberes e afetos. Isso por que, como nos lembra Bondía (2002), ao assumirmos a dimensão da experiência como uma potente aliada aos processos de pesquisa, precisaremos entender que ela “não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer” (p.28). Exige que nos coloquemos a escutar. E eles dizem. Ensinam que é importante ter postos de saúde que funcionem, mas também os de gasolina. Que patos e galinhas fazem parte de uma cidade, que acesso à tecnologia poderia ser direito de todos, que ter uma casa para morar também. Reconhecem o valor de viver em diversidade. “*Tem lugares bonitos, e também tem pessoas de tudo quanto é tipo, etnia, raça, cultura. Eu gosto de encontrar pessoas diferentes*”, dizem. A fala do menino que compartilhou conosco esse pensamento encontra as palavras do mestre Nêgo Bispo (2023, p. 29) que diz que “enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos”. Reencarnar, em plena periferia urbana, uma ética comunitária dos quilombos. Uma esperança para os povos, um temor para os homens de sempre: “no dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter” (BISPO, 2023, p. 45). Tenho acreditado que é isso que a infância abre tanto para a metodologia quanto para a epistemologia no pesquisar. E aqui, especialmente, nos estudos sobre as cidades e os territórios, torna-se fundamentalmente importante, ao discutirmos o que as infâncias abrem nos caminhos de pesquisar as cidades, partindo da dimensão da experiência, o lugar do corpo. O corpo como aquele que “é investido de violência para a sustentação desse regime é também o corpo que vibra com as potências da imprevisibilidade e das possibilidades. É o corpo que dissimula, faz a finta, enfeitiza” (RUFINO, 2019, p. 133). É com o corpo que a experiência se faz. É nele que se inscrevem as histórias que podem ser contadas depois. Foi no encontro dos corpos que aprendemos tanto no decorrer dessa dissertação. Rufino (2019) escreve que é no corpo que se encarnam as ações transgressoras, o corpo se torna o suporte das sabedorias e ao mesmo tempo, aquele que comunica.

Assumir o lugar do corpo na pesquisa com as infâncias é também atentar para outras vias que aparecem em suas falas. Falo aqui do corpo no território e a relação com a violência. As crianças, ao colocarem em seus óculos-empréstimos as potências de seu território, não deixam de lado suas palavras denúncias. Anunciam lógicas difíceis, que não gostaríamos que estivesse ninguém submetido, mas especialmente, não gostaríamos de ver as crianças ali

inscritas. E estão. Hoje imagino que um pouco do silêncio primeiro que vem quando as provoço sobre o próprio território diga disso: podem ser ditas também as mazelas de um lugar? Como dizê-las de modo seguro? Como dizê-las e lidarmos com elas? Ali, naquela tarde, foi por meio da possibilidade de brincar, sussurrar, trocar de assunto depois. Falar dos tiros, da violência doméstica, do racismo, da dinâmica do tráfico de drogas. É por isso que essa seção de escrita vem depois de falarmos sobre gentrificação. Nesses dois anos estudando a urbe, não vejo possibilidade de desvincularmos ações de gentrificação com a autoestima territorial, a apropriação dos moradores em relação ao seu território. Entendo que essa é uma das muitas consequências e efeitos da gentrificação, e, como imaginava quando apenas teorizava sobre isso ainda no projeto dessa qualificação, as crianças falam sobre isso. A comunidade fala sobre isso. Certo dia, em um encontro na escola com a coordenadora, comento que eles ainda não haviam falado sobre a escola, e que falavam pouco sobre o bairro. Antes de iniciarmos um dos grupos, ela nos contou muitos alunos que ali estudam eram crianças pertencentes à famílias afetadas pela remoção da antiga ocupação conhecida como Vila Cai-Cai, uma ocupação que ficava às margens do Guaíba e que, posteriormente, foi realocada no bairro Cavalhada. Essa é uma informação que nos importa por que significa dizer que muitos ali já haviam experimentado e experimentavam as marcas dos processos de gentrificação urbana. Também nos contou que os alunos falam com orgulho quando passam a estudar em uma escola que fica há umas três quadras dali. Quando pergunto o porquê, ela conta que já ouviu de um estudante que “nessa outra escola passa o ônibus na frente”. Sim, na escola Neuza o ônibus não passa na frente. Há que se caminhar mais, e mais longe para poder se deslocar pela cidade. Como será possível, sendo criança, empoderar-se desse território onde “a rua da paz está cheia de lixo”? Onde até existem praças, mas estão velhas, descuidadas, com brinquedos quebrados? Onde o portão de casa onde outrora brincávamos antes de nos recolhermos para dormir, logo em seguida, é atingido a tiros? Rufino (2019, p. 130) lembra que a “empresa colonial mata de inúmeras formas, seja com balas, com a precarização da vida, com o desarranjo das memórias, com o desmantelo cognitivo, com a coisificação do ser ou com a produção e a manutenção do trauma”.

Mas Rufino (2019) também aponta que a partir do corpo, balaio de memórias, as sabedorias ancestrais e as que se constituem com a presença e com a esperança – aqui acrescento a dimensão da experiência afetiva trazida antes – podemos partilhar a reinvenção da vida. Talvez, a partir da infância, poderemos enfeitiçar nossos corpos adulterados para voltar a apostar na construção de outros possíveis, voltar a acreditar, ou mesmo nos lembrarmos do

porquê urge repensarmos a lógica urbana instaurada até aqui. Na costura entre infância e decolonialidade, a aposta maior dessa escrita, a geração neta encontra a geração avó, que nas palavras de Nêgo Bispo, diz: “cuidado não é troca, é compartilhamento. Afetos não se trocam, se compartilham. Compartilhamento é uma coisa que rende” (BISPO, 2023, p. 36). As crianças estão convidando para o café da tarde, escutam? Elas sabem jogar, apontam caminhos de utopias possíveis. Encaram os assuntos difíceis, mas fazem malabarismos com eles. Sabem da força das relações, da comunidade, dos afetos. Integram seres humanos, animais, natureza. Por isso, deixo uma última fala sobre nossa brincadeira de troca de óculos e nossa conversa sobre território. Uma fala que retoma saberes que trazemos aqui como saberes contracoloniais. Integram comida, gentes, animais, natureza, o brincar e o malabarismo necessário para a vida se fazer:

*“Eu gosto muito da minha casa porque a minha vó tá lá. E eu tenho cachorro e até tem uns cachorros aqui na vila, eles entram no colégio, eu adoro. Eu gosto muito do colégio porque tem os brinquedos e o refeitório. Eu acho muito bom, é importante.*

*Ah, e pra terminar, eu não sei se tinha muito a ver, mas eu disse que gosto muito de dar mortal.*

*Se deixar eu faço um agora...*

*posso?”*



Fonte: Foto tirada por mim, 2023.

## **COSTURAS QUE URGEM: CIDADE, INFÂNCIA E COLONIALIDADE**

*Senti que rua não era um conjunto de casas, mas uma multidão de abraços, a minha rua, que sempre se chamou Fernão Mendes Pinto, nesse dia ficou espremida numa só palavra que quase me doía na boca se eu falasse com palavras de dizer: infância. (ONDJAKI, 2021, p.114)*

Das muitas capturas da infância e disputas que operam sobre ela, no sistema capitalista, a infância passa ocupar um lugar de mediação do consumo, como nos aponta o documentário “*Criança, a alma do Negócio*” (2007). A infância é capturada pelo modelo adultocêntrico, pelo colonialismo e seus desdobramentos na colonialidade, pelo sistema econômico, pelas normativas de gênero e sexualidade – todos modelos de expropriação, exploração e violência. Não obstante, é possível olharmos as crianças como potenciais mediadoras das relações socioespaciais e entre as pessoas. Sua forma de ver o urbano desde seus lugares sociais deixam marcas, mas também o compõe e transforma. A presença e ocupação das crianças nas ruas, que são tidos como espaços perigosos para elas, modificam os tempos, os ritmos dos corpos, as cenas, espaços e paisagens da cidade. (GOBBI; ANJOS; LEITE, 2021). Trata-se de produções feitas pelas infâncias mesmo quando têm suas vozes e gestos silenciados. (GOBBI et. Al, 2022). Tenho habitado muito as praças durante esse percurso. Na costura com as imagens feitas com as crianças, convoquei meu olhar de infância para as imagens que começaram emergir. Em um dos muitos dias desses de pesquisar, passei quase duas horas em uma pracinha com brinquedos em um bairro nobre da cidade de Porto Alegre. Tudo me convocava a pensar... era uma praça com uma excelente infraestrutura, mas completamente asséptica. Nem nas lixeiras havia lixo. Nenhum vestígio da infância. Foram duas horas de total ausência de crianças ocupando o espaço. Fiquei ali esperando que algo me tomasse de assalto os olhos de metida a fotógrafa que sou, até entender que seria essa ausência a me convocar.



*Fonte: Fotos tiradas  
por mim, 2022.*

Vários foram os pensamentos... pensei em como é triste uma cidade sem crianças ocupando as ruas. Como é triste uma pracinha assim tão... *branca*. Pensei em mim... convocaria a infância para o meu corpo? Queria ocupar o espaço e consegui andar de balanço, mas o escorrega o constrangimento não deixou experimentar.

Que difícil infanciar o corpo... corpo capturado, corpo adulterado, como nos lembram Nogueira e Alves (2022). Também me perguntei... por que essa pracinha aqui, se parece que ao entorno as crianças estão todas cercadas dentro dos condomínios fechados? Por que não habitam ou são levadas a habitar a cidade e suas delícias? Pensei... teriam pracinhas assim em outros cantos da cidade? Estariam vazias também? Hoje, passado o tempo em que estive com as crianças do bairro Cavahada, sei que praças como a do Parque Moinhos de Vento não estão espalhadas por toda a cidade. O que fica de acesso às crianças das periferias da capital são, muitas vezes, praças precarizadas.

Mas naquele dia, pensei, pensei... e ainda nessas duas horas tentando encontrar algum vestígio infantil, alguma inscrição talhada nas árvores, nos bancos do balanço, seus nomes marcados... nada. Algum pedaço de brinquedo esquecido, pegadas, marcas de mãos... nada. Até que já indo embora, algo que o higienismo da cidade não deu conta de sucumbir... lá estava... um sinal, uma esperança.



Diriam essas cenas apenas da dupla cidade/infância? Será? Olhar para a costura entre cidade e infância requer a atenção ao atravessamento da colonialidade porque entendemos aqui que não há outra forma de fazê-lo senão por essa via. Por isso, neste trabalho, mesmo quando a lógica decolonial não for diretamente citada, é dela que partiremos ao longo do processo de pesquisa. É ela que deve reger a ética do pesquisar, é ela que surge e urge em tudo que se produzir em termos de conhecimento de agora (na verdade já há muito) em diante. Não há como pensar infâncias, crianças, cidades, corpos políticos sem que essa perspectiva esteja encarnada; ao menos não há quando se assume um compromisso com processos de denúncia e transformação social.

Nessa costura emergiu um desejo de pesquisar o acesso ou o não acesso das infâncias à determinados territórios da cidade, e de qual acesso estamos falando. Bem como sua participação na organização urbana. E acredito agora, ao fim do percurso, que sem as discussões travadas nos dois tópicos que antecedem este não seria possível iniciarmos uma análise responsável sobre tal fenômeno. Passei, ainda no início de tempo de pesquisa, a voltar um olhar mais atento e sensível aos espaços delegados às infâncias nas cidades. Lembro de quando estagiei em uma comunidade periférica no município de Novo Hamburgo e da falta que, enquanto falta, falava alto sobre processos de exclusão e privilégios que operam na organização das cidades. A cena da qual me lembro era cotidiana: crianças dividiam o espaço para jogar bola e brincar, em um amplo terreno desocupado, com um depósito de lixo e entulho. Não havia praças, parquinhos, brinquedos ou projetos culturais e de lazer. Ainda assim, ocupavam as ruas e a cidade como em um ato de resistência e com mais resistência ainda – brincavam. Talvez não precisasse, enquanto pesquisadora que se aproxima da temática da infância e cidade, relatar que nos parques mais centrais da cidade, bem como nos bairros onde a especulação imobiliária devora feroz tudo que vê pela frente, o cenário é bem outro, mas como o pacto está aí produzindo impossibilidades no olhar e silenciamentos, falaremos sobre o que está escancarado: a “presença do racismo como fantasia colonial indeterminadamente atualizada no marco do colapso da colônia está exposta como ferida na paisagem das cidades, na densidade dos muros, cercas e fronteiras”. (MOMBAÇA, 2021, p.46). Colocar na palavra (e em imagens) pode ser um começo.

Podemos e devemos questionar que estabeleçamos espaços tão restritos e direcionados às infâncias (Nesse parque onde passei as duas horas, havia uma placa que delimitava exatamente o lugar delegado às infâncias: “*Espaço Kids*” ... *toma aí, esse parquinho é para*

*você!*) geralmente cercados, delimitando fronteiras entre o possível e o impossível para elas. Ainda assim, parece-me fundamental que coloquemos em questão a existência desses espaços em determinados pontos urbanos, em detrimento de outros. A isso podemos somar a infraestrutura dos espaços públicos que nos são de direito, e, uma instituição que evidencia concretamente essa disparidade são as escolas públicas localizadas em bairros periféricos das cidades. Jamais esquecerei, ainda na minha passagem pela política de educação em Novo Hamburgo, o dia que a presidenta Dilma Rousseff fez uma visita à escola que eu trabalhava – à época, tínhamos recebido a pior avaliação na prova Brasil que avalia as/os estudantes das escolas públicas do país. Na semana da visita, um grande circo se armou na escola e em seu entorno. Não exagero quando conto que fizeram em tempo recorde a pavimentação da rua em frente à escola, e que muitos extintores foram trazidos e colocado às portas de todas as salas de aula (e foram evidentemente recolhidos após o evento). Mas o que mais me entristeceu naquele lamentável evento foi que a secretaria de educação do município trouxe trabalhos infantis feitos por escolas localizadas no centro da cidade para “enfeitar” as paredes da nossa escola. Não só uma tentativa de encobrir a precariedade que nos encontrávamos enquanto comunidade escolar, alunas e alunos, professoras e professores, mas uma subtração da legitimidade da cultura e intelectualidade ali produzida. Que lógicas atualizam o epistemicídio? Cida Bento (2012) nos lembra que “enquanto a educação de crianças pobres e negras deveria receber mais recursos, na realidade, constatamos que, ao longo do tempo, recebeu financiamento e recursos insuficientes, tornando o sistema de educação uma expressão de desigualdade” (p.100). E isso fala também da lógica de construção urbana, dos processos de gentrificação, da disputa de narrativas e da disputa política.

Em todo esse tempo, meu anseio parece ter encontrado no anseio das infâncias com quem cruzei alguma esperança. Desejos compartilhados. Que possamos dar alguns passos mais em direção de uma ocupação mais justa e bonita das cidades. Que possamos, junto das infâncias, reconhecer e apontar estruturas de desigualdades e privilégios, que criemos marcas de que estamos aqui, infantes e adultos fugindo da adulteração da vida. Que possamos insurgir contra a subalternização das infâncias. E que possamos, ainda, brincar.

## INTERVINDO NO URBANO: TRAVESSIAS POSSÍVEIS DAS ZEIS ÀS TAZs

*Francisco*

*Depois de ler pela segunda vez A ilha do tesouro, está seguro: os piratas nascem para encontrar uma ilha com coração brilhante. (FERRADA, 2020, p.36<sup>14</sup>).*

Quero contar a vocês, quase ao fim do percurso, que foi pela baderna que iniciou um processo de feitura dessa proposta de dissertação. Digo, pela confusão que é a possibilidade da folha em branco sempre que estamos diante de uma, pelo que se acentua depois, quando esse processo começa a não ser mais apenas de uma discente do mestrado, mas entra também um orientador – baderneiro, felizmente – e, por fim, baderna por causa de... baderna: uma série de publicações da editora veneta, entre as quais uma me foi a primeira indicação em orientação. Falo de um livro que devorei em uma sentada, desdobramentos do lugar em que meu desejo de pesquisa engatou nos desejos de pesquisa do meu orientador: *TAZ: Zona Autônoma Temporária*, de Hakim Bey (2018).

Hakim Bey (2018) inicia o texto contando suas pesquisas de literatura sobre pirataria e sobre o que chamou, a partir de um dos muitos entendimentos sobre a pirataria, de “Utopias Piratas” (p.12): o desejo de habitar ilhas piratas onde seria possível experimentarmos a autonomia e ficarmos por algum momento em uma terra regida pela liberdade. Isso exigiria, segundo seus escritos, o duro processo de dar-mo-nos conta de que o que está em voga é o “encerramento do mapa, o primeiro século sem nenhuma terra incógnita, nenhum centímetro quadrado da Terra livre da polícia ou dos impostos... na teoria<sup>15</sup>. Uma grande política abstrata. Imensidões ocultas escapam à escala de medida. O mapa não é exato; o mapa *não pode ser exato*”. (Idem, p,20). Não seguindo na direção da incorporação da pirataria proposta por Bey (2018), entendendo que seriam muitas as possibilidades de compreensão e interpretação da mesma e que algumas não se aproximam desse fazer e pesquisar com as infâncias, avançamos,

---

<sup>14</sup> Esse é um livro escrito por María José Ferrada e ilustrado por María Elena Valdez. Um trabalho de homenagem e memória às crianças assassinadas ou desaparecidas durante a ditadura civil militar no Chile. As autoras apostam na memória e na retomada da vida-infância como instrumento de derrotar os monstros. Francisco tinha 12 anos quando foi executado. Seguimos na busca das ilhas com coração de ouro.

<sup>15</sup> Essa abertura me convoca para o pequeno livro de Saramago (2016): *O conto da Ilha desconhecida*:

“É estranho que tu, sendo homem do mar, me digas isso, que já não há ilhas desconhecidas, homem da terra sou eu, e não ignoro que todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcarmos nelas” (p.27)

então, para o conceito proposto pelo autor de Zona Autônoma Temporária (TAZ). Hakim Bey (2018) apresenta a TAZ de modo a instaurar uma expressão que só poderá ser compreendida quando em ação. Daí o primeiro sinal de porque a TAZ passa a incorporar esse modo de fazer pesquisa: a práxis e o entendimento prático-crítico-sensível do conceito. TAZ é uma “tática radical consciente” (Idem, p.69); É o que se produz na margem de erro do Estado, do capitalismo, do sistema jurídico. É seu caráter guerrilheiro e revolucionário que nos interessa: operações que nascem para insurgir e liberar áreas já capturadas, por um breve instante, e que se dissipam antes que o Estado venha com suas garras de aniquilação. (BEY, 2018). Movimento temporário, que se cria assim como se esvai; intervenções festivas, de prazer e liberdade, uma experimentação anárquica da existência (“ataque e saia correndo” (p.18): conseguem sentir sua conexão com a possibilidade de infância?), disposto a ocupar as fissuras onde o Estado desliza em sua onipresença. Diz: “Onde iremos procurar pelas sementes – as ervas surgindo pelas rachaduras de nossas calçadas – desse outro mundo em nosso mundo? As pistas, a direção certa da busca? Um dedo apontando para a lua?” (Idem, p.66).

Para encontrar as TAZs, Hakim Bey (2018) utiliza a imagem de uma “*rabdomancia*”, a arte da técnica adivinatória onde uma vara bifurcada encontra água ou outra substância em um pedaço de chão. Seria uma transposição de como essa imagem definiria a busca das TAZs potenciais. Essa é uma imagem presente de Hakim Bey para essa escrita – é uma imagem da infância. Muitas vezes brinquei junto aos meus primos de procurar tesouros escondidos e encantados no quintal de casa com a ajuda desse potente instrumento. Incorpora-lo como dispositivo de cartografias infantis cidade afora, atentando para as TAZ no presente e fabulando manifestações futuras parece ser o começo de um surgimento de pistas sobre como fazer *com*. Durante nossa saída com as crianças pela cidade, e também nos encontros que fazíamos com os grupos, diversas vezes me lembrei dessa imagem. Íamos juntos, farejando possíveis, trocando de rumos, apostando, questionando, atentos... pesquisando. Hoje, finalizando a escrita que diz dos acontecimentos desse tempo, penso que encontramos mesmo verdadeiros tesouros na companhia uns dos outros. Novas perguntas, desassossegos – e a relação. O carinho – uma possibilidade de potência infantil subversiva – que fica quando abdicamos da lógica da suposta neutralidade em um pesquisar. Quando deixamos nossos corpos verdadeiramente se encontrarem: com os demais, com a cidade.

Bem, essa é a TAZ. Sigo na contação da história das primeiras orientações. Nesse mesmo dia, Luciano, enquanto falávamos sobre a “Gramática expositiva do chão”, do Manoel

de Barros, traz para a conversa algo nomeado como “Zona de Investigações Poéticas - ZIP”, uma proposição feita junto ao seu grupo de pesquisa. Trata-se de um território a ser cartografado, a nomeação de um “viver junto” e “criar coletivo”. Segundo eles, a ZIP se relaciona às TAZ porque abraça “processos co-criacionais em meio a relações de abertura e fechamento de mundos. Sua zona de existência é um espaço-tempo de ensaio, ou melhor, uma série contínua de ensaios, sugestões, tentativas, manifestações concretas de uma fantasia poética” (COSTA et al, 2021, p.36). É depois dessa prosa que traz as Zonas para o jogo que Luciano me apresenta Renato Noguera e o conceito de Zona de Emergência de Infâncias (ZEIs).

Ainda no início desse texto, na seção “Mas afinal, infância?”, apresento brevemente as ZEIs, ao trazê-la para colocarmos em questão as infâncias das quais falamos. Escolho as ZEIs para compor esse caminho em direção às TAZ justamente por já trazer em si um caráter autônomo, mas sobretudo porque penso ser um conceito que auxilia no aquecimento do meu corpo adulto de pesquisadora, já que para se aproximar das ZEIs, precisamos ser, antes de tudo, criancistas. Ser criancista é reivindicar o direito à infância – experimentá-la na contramão do adultocentrismo que nos forma, aprender com as crianças e suas culturas, suas brincadeiras, narrativas e capacidade de imaginação. Ser criancista é poder retomar o investimento na própria infância. (NOGUERA; ALVES, 2020). Apostamos nas ZEIs também como caminho necessário de pensar a infância desde uma afroperspectiva, revendo a lógica colonial que destrói feroz a tudo, inclusive a infância. Desde aí, emerge a possibilidade de retomarmos um “estado de infância”, que ativa um desejo de mundo, a curiosidade brincante, habitar e se demorar no sentido das coisas. “uma vontade desmesurada por saborear toda realidade”. (NOGUERA; ALVES, 2020, p.538).

Apostar em uma pesquisa que retoma a infância e traz para junto do processo de pesquisar remete ao cuidado ético e político de cuidar da infância e à retomada do “gosto de viver”. (NOGUERA; ALVES, 2020, p. 542). Nas ZEIs podemos perceber a resistência à adulteração do mundo, isto é, o fim da brincadeira que surge com a adultidade, a não aceitação às mudanças e à passagem do tempo. Essa resistência aparece fundada principalmente a partir da brincadeira e da narrativa. “A brincadeira, diante da morte, só nos resta brincar. Narrativa, apesar da morte, devemos narrar” (Ibid., p. 548). Essa segunda é uma das fundamentações desse trabalho: a aposta das histórias. Por isso, antes mesmo de “ir a campo” (coloco entre aspas porque penso que em cartografia o campo é tudo, e não só vamos a ele, como ele também nos vêm), invisto nas claquetes de histórias que me chegam para pensar a costura infância e cidade.

É dizer que no caminho de cartografar as ZEIs, as histórias serão companheiras: potencializam a vida e asseguram memória. Os autores nos lembram que nas ZEIs só não vale “dar um branco”, e penso nos muitos sentidos que isso produz. A beleza proposta para um início de ZEI é das mais preciosas: partir do seu nome e sua história, e ir em direção à vivência brincante do mundo.

A partir desses dois conceitos que me ampararam para pensar intervenções possíveis no pesquisar, unido à toda caixa de ferramenta teórica costurada até aqui, nasce e cresce um desejo de fazer o caminho das ZEIs às TAZ. A proposição interventiva foi a de, cartografando as ZEIs que por aí emergem e apostam nesse infanciar da vida como caminho ético de vivência e transformação de mundos, de nascimento de novos possíveis e na derrocada dos sistemas colonialistas, propor alguns encontros entre infâncias em espaços públicos da cidade de Porto Alegre, de modo a instaurar uma pequena baderna – ansiava arriscarmos a experimentação de fazer surgir TAZ com as crianças. Oficinas brincantes com dispositivos que fizessem surgir modos de intervir como infância na cidade e nela deixar sua marca antes de desaparecer. Propor territórios mínimos de ativação de corpo: elementos artísticos, conversas, brincadeiras que coloquem a cidade em pauta e tensionem o lugar das infâncias nas cidades. Sonhar cidades, devir cidades, romper cidades. O que virá? Apostei, ainda no momento desejanste dessa pesquisa, na confissão do “ainda não sei bem” - ANSB. Insistir no ANSB foi uma proposta que veio junto do desejo de não engessar as possibilidades várias da criação desses encontros, inclusive colocando em questão o lugar de pesquisadora, uma vez que a TAZ carrega em si um aspecto festivo por que é “descontrolado, e que adere a uma auto-organização espontânea, ainda que breve” (BEY, 2021, p. 71) e por isso, além da perspectiva cartográfica, não pode ser dita de antemão. Encontrar Zonas de Emergência de Infâncias e com elas abrir na urbe Zonas cenários de uma autonomia presente e pulsante. Alegre e inventiva. Festiva e crítica. Acredito termos avançado nesse caminho, embora também pense ser uma ética interessante seguir apostando no “ainda não sei bem”. Acredito, enquanto pesquisadora, que alguns dos desdobramentos de uma pesquisa aconteçam apenas tempos depois.

No processo de cartografar as Zonas de Emergência de Infâncias e partir em direção à experimentação de Zonas Autônomas Temporárias com as infâncias nas cidades, o anseio foi de que passássemos compreender como legítimas suas contribuições de saberes ancorando novas ideias e ideais e entendendo-as como atoras e construtoras dos processos de aprendizagem e construção de mundo. Reconheçamos que conhecimento é caminho conjunto,

passo a passo, possível apenas se vinculado à dinâmica da vida. (MACHADO, 2019). E, ainda, “é um caos que se organiza sem nenhuma oportunidade de se tornar prescritivo, autoritário, automático, centrado nas certezas ou em verdades absolutas” (MACHADO, 2019, p.23). Foram encontros para encontrar ilhas com coração brilhante escondidas nas cidades e, na impossibilidade de encontrarmos, criarmos nós mesmos as nossas. Encontrar nas ilhas bonitas diferenças, produzir nelas acontecimentos. Dos vestígios, poucos: algumas produções de imagens junto às infâncias. Isso porque as imagens, fotográficas e dialéticas, são dotadas de uma potência mágica e também se dissipam, assim com as ZEIs e as TAZ. A memória dará conta do resto. Atacar e sair correndo.

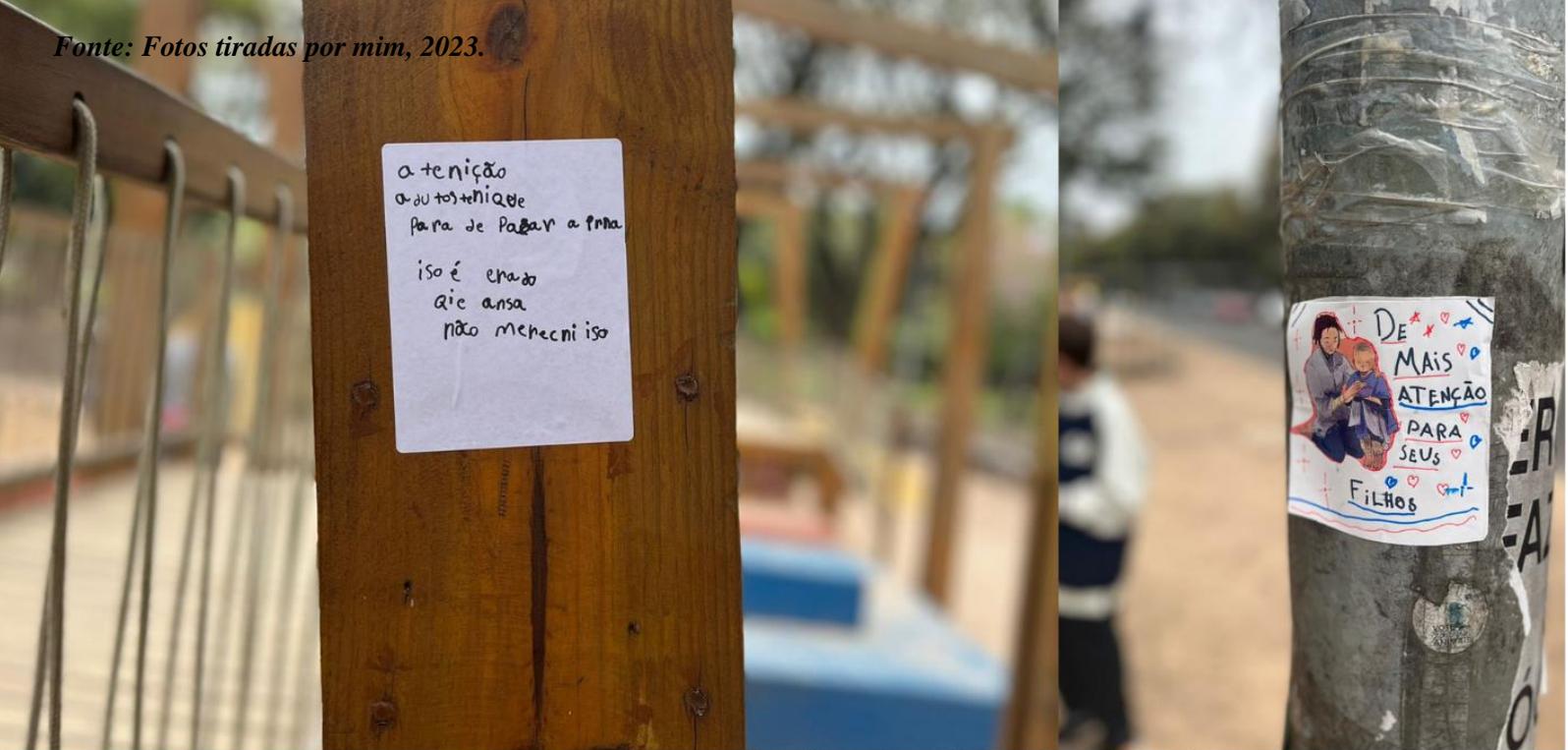
Retomando o que fizemos nos encontros juntos às crianças, pergunto-me agora se seria possível falarmos ainda no movimento proposto de partir das ZEIs em direção as TAZ. Muito antes que afirmar vivências as nomeando corretamente, penso ser antes um movimento de retorno ao amparo teórico que foi sustentando anteriormente o pesquisar. Construindo caminhos de possibilidades, constituindo a caixa de ferramentas. O tempo que vivemos na escola, nos grupos que aconteciam dentro de uma institucionalidade, o tempo em que pudemos nos conhecer, conectar, construir afetos, aproximar, penso ter sido um tempo de encontro com as ZEIs. Permitido por eles, os infantes que ali estavam – inclusive dos adultos que, ali, encontro a encontro, reaprendiam a infanciar o corpo, exercitavam outros devires. A ousadia em apostar que sim, encontramos-nos com Zonas de Emergência de Infâncias vem de entendermos que o estado de infância necessário para infanciar a vida diz justamente de uma afirmação da vida – o que aquelas crianças fizeram muito ao se colocarem lado a lado para pensarem cidades e mundos. Afirmer a vida a partir desse estado de infância me tomou tanto enquanto pesquisadora que é esse o desejo que resulta para seguir pesquisando, agora no processo de doutoramento. Ampliar e pensar infâncias nos auxiliando na construção de outros mundos, modos de viver, sistemas, comunidades.

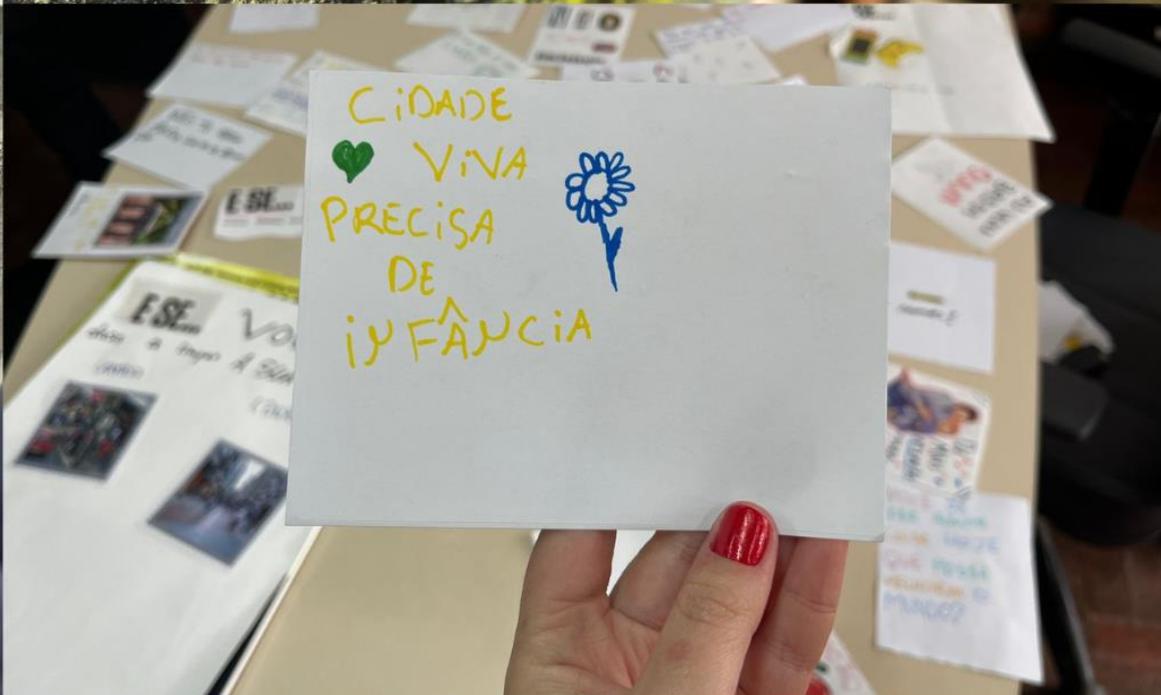
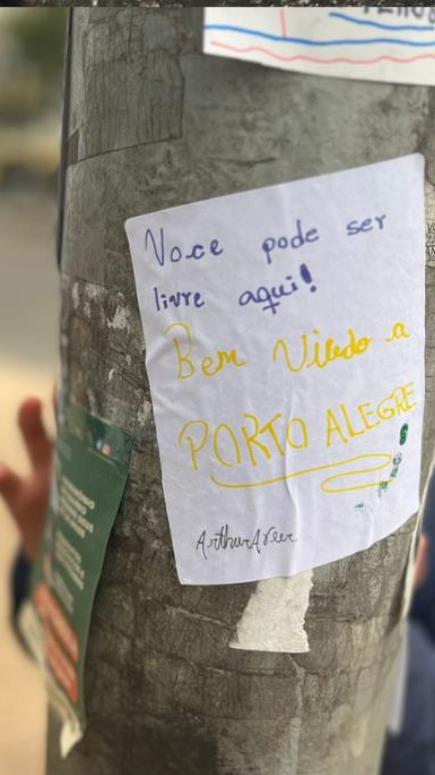
E penso que pudemos também criar, juntos e juntas, TAZ. Compartilho com vocês ainda rastros do que fizemos juntos nesse tempo: no dia em que saímos pela cidade no itinerário escolhido pelas crianças, cada um de nós levava junto adesivos que seriam espalhados por aí. Eram adesivos que diziam do desejo das crianças para os territórios que passássemos, para a cidade de Porto Alegre, e foram sendo confeccionados ao longo dos encontros. Cada vez que conversávamos sobre algum assunto, quem se sentisse tocado por ele, escrevia algo e guardava. Nos adesivos, as crianças falavam de desejos para a cidade, faziam seus elogios a ela, suas

críticas, endereçavam palavras aos adultos. Momentos antes de nossa saída da escola, escolhemos os que carregaríamos conosco, misturando-os. Ao longo daquele dia, enquanto percorríamos o itinerário decidido semanas antes, na atividade do mapa, fomos inscrevendo na cidade algumas marcas.

Depois de algum tempo, algumas vezes voltei aos lugares que visitamos em busca dos vestígios do que tinha ali acontecido. Não encontrei, senão na memória, inscrita em meu corpo, os restos nem os rastros do que fizemos. Nenhum adesivo permaneceu no mesmo lugar, era como se tudo tivesse desaparecido. Acabei nem sequer fotografando. Marcas do tempo, das intempéries da natureza, da circulação urbana. Não sei quem foi o responsável pelo desaparecimento, mas ele aconteceu. Assim como nas TAZ, baderna que acontece, inscreve algo, e se vai. Por isso, o que restou foram algumas fotos registradas no dia, por eles e por mim. Compartilho as pistas do que fora construído, únicos registros de que isso existiu e aconteceu. Foi uma linda “intervenção em plano baixo”, como eu gosto de pensar, onde crianças inscreveram na paisagem urbana seus desejos, suas palavras de ordem, suas brincadeiras. Atacaram e saíram correndo.







## **IV: VÊ QUE NEM TUDO NO MUNDO CARECE DE EXPLICAÇÃO – “ADULTOS É A COISA QUE MAIS ME INDIGNA NO MUNDO” E A PERGUNTA QUE FICA AO FIM DESSE PESQUISAR: COMO SALVAR O MUNDO DOS ADULTOS?**

*“Adultos é a coisa que mais me indigna no mundo, eu to louca pra crescer mas tipo tem alguns adultos que eles não pensam tipo, eu vou dar o exemplo da minha mãe, a minha mãe como eu falei ela tá sempre estressada mas ela ajuda bastante lá em casa né, e ela não dava atenção pra mim, ela dava mais pros meus irmãos né, e hoje em dia tem uns adultos que, como eu posso dizer eles são muito robô, ahm trabalha, paga, come e dorme, trabalha, paga as conta, come e dorme, assim sabe, parece que é toda uma rotina sabe, e eles tão tendo tanto essa rotina que eles não tão tendo tempo nem pra eles, ahm porque hoje em dia, ahm tem adultos que trabalham demais porque tão tendo uma condição precária né, e eu acho isso horrível, mas tem uns adultos que conseguem trabalhar assim ,mas não tem tempo nem pra eles, nem pros filhos nem pra família, eu acho isso horrível, e tipo assim, eu fiz uma promessa pra mim mesma quando eu crescer, eu não vou ser esse tipo de adulto, claro eu vou trabalhar, pagar minhas conta, vou fazer isso mas tipo eu quero ser adulto divertido, porque hoje em dia tem pouco adulto divertido e eu acho isso muito chato, como meu padrasto e a minha mãe, eles não se divertem mais, eles literalmente perderam a graça de tanto ficar trabalhando e meio que sofrendo sabe, daí eu acho isso muito chato, daí eu meio que quero tentar salvar a minha adulta”*

## INFÂNCIA, GOVERNABILIDADE DOS CORPOS E INSURGÊNCIAS: PISTAS DO QUE SE FEZ E RESTOS DE UMA PESQUISA

Ainda diante de uma das cenas dessa escrita, o menino maestro me ajuda a pensar se pode a infância falar, como ela fala e, além, como faremos para nos colocar a ouvir. A fim de seguirmos na costura de uma investigação das possibilidades de insurgência e ocupação das vozes e demandas da infância, proponho que voltemos uma última vez à Spivak (2010) e sua crítica à formação intelectual que inaugura o sujeito como um outro e se autoriza a “falar por”, impossibilitando a emergência de determinadas vozes. Como será possível autorizarmo-nos, nós, os adultos adulterados, falar pelas crianças? Quando esse trabalho de pesquisa iniciou, acreditava que encontraria falas infantis que dissessem da dificuldade de serem escutadas por pessoas adultas – o que já me entristece bastante. Contudo, não imaginava que encontraria, além disso, falas que apresentassem não só um não reconhecimento de suas palavras, mas que explicitassem o quanto os adultos não são, muitas vezes, seres confiáveis para as crianças. Em um dos encontros aprendi com um menino que compunha o grupo, que não só os adultos não ouvem as crianças e suas demandas, mas que os adultos passam a perna nas crianças. Inventam narrativas, mentem, dissimulam. E as crianças estão atentas. Diz ele:

*“uma vez eu fui na padaria buscar dois reais de pão, uma vez que tava eu e minha amiga em casa, certo? E aí a tia foi lá e me deu três reais de pão, e eu tive que pagar um real a mais. O pior é que quando eu cheguei em casa minha mãe foi lá e me xingou, sendo que a culpa não foi minha. **Nos adultos eles não passa a perna, nas crianças eles passa o tempo todo**”*

Escolho trazer essa como uma inquietação que me mobiliza a seguir pesquisando. Isso porque, ao fim desse percurso, entendi como sendo mais que necessário estamos mais perto das crianças e aprendermos com suas sabedorias, mas, principalmente, lutarmos ao lado delas para que tenham suas falas legitimadas, seus direitos garantidos, seus desejos se movimentando. Chego ao fim desse percurso de mestrado com a vontade de encontrar e criar espaços que visem ampliar a participação infantil nos espaços de mudança política e social para além dos espaços da cidade. Desejo seguir na busca de outros possíveis para a adulteração do corpo adulto. Quero, como a menina que diz que adulto a indigna, entender como seria possível salvarmos o mundo dos adultos.

Por isso escolho finalizar esse percurso com uma última história. Essa é a única alteração no modo de escrita “claquete – considerações” que tenho feito até aqui. Começaremos pelas considerações, porque, vocês verão, essa é a claquete possível para o encerramento desse

ensaio. Trata-se da história que me conta um colega de mestrado. Esse colega me diz, quando conto a ele meu desejo de pesquisar “um corpo político”, que todo corpo é político. Com isso, remete à impossibilidade de acomodação diante das injustiças que operam no campo social, e faz lembrar que somos política e socialmente responsáveis por projetos de transformação do mundo. (FREIRE, 2014). Nesse caminho, interessa-me pensar no processo de reconhecimento desse corpo político, de um “fazer com as mãos” que se direciona à movimentos de afirmação da vida e busca por liberdade e autonomia, mas que não opere na lógica de uma representação de “falar por”. Entendo esse como um grande desafio na pesquisa com as infâncias, uma vez que, por definição – e aqui voltamos a outra possibilidade existente no dicionário, o infante é o que ainda não fala, e, como tal, produz um ordenamento que autoriza os adultos para o trabalho de inserir a criança na moralidade e normatização que opera de forma hegemônica. Não esqueçamos que se trata de um processo que opera por via de inúmeros dispositivos, incluindo o médico, jurídico, psicológico e pedagógico. (ABRAMOWICZ, RODRIGUES, 2014).

No caminho de construir pistas para operar com esse desafio, Freire (2014) propõe a noção de um corpo consciente e curioso como este que consegue compreender o mundo e intervir de forma ética, política, científica e estética, não possibilitando um entendimento apartado de consciência e mundo. Dessa forma, pensar um corpo consciente e curioso, em vias de se reconhecer como um corpo político, não diz respeito a assumir um compromisso com uma noção de verdade. Dito assim, ser um corpo no mundo é também inaugurar um corpo político. E não se pode falar desse corpo político, consciente e curioso sem lançar mão “da liberdade de decisão, de escolha, de autonomia” (FREIRE, 2014, p. 15) como condição concreta, já que esses princípios o que opera é um processo de imobilização de despontualização dos corpos. No caminho do reconhecimento de seu corpo como político, penso ser importante também podermos racializar essa discussão, já que “no caso específico da atuação do movimento negro, o significado da identidade racial é muito importante, pois a consciência que um negro tem de seu pertencimento racial é elemento fundamental para seu engajamento na luta política” (BENTO, 2012, p.99), assim como racializar o corpo branco ainda na infância me parece também fundamental para um reconhecimento dos privilégios e para um engajamento na luta pela igualdade racial.

Para além disso, há algum tempo questiono a fala que muito circula de que “as crianças são o futuro de um país, nação, etc”. Além de uma terceirização das responsabilidades a serem assumidas por todas nós, que futuro seria possível diante desse sequestro de autonomia feito

cotidianamente com as nossas crianças? Também a pergunta “o que querem ser quando crescer” denuncia o aprisionamento da infância dentro de uma cultura onde o trabalho é central na vida, ao contrário do que é possível ao resgatarmos modos de viver indígenas e quilombolas, onde as crianças vivem “em função do presente, não de uma utopia futurista na qual elas passarão a ser “gente” apenas quando forem adultas” (NOGUERA, 2019, p.129). Os adultos desvalorizam os anos da infância e juventude, empobrecem seus anos, como se não passassem de uma “curta noite (vive-a plenamente, com êxtase!); depois vem a grande “experiência”, anos de compromissos, pobreza de ideias, lassidão”. (BENJAMIN, 2004, p.22). Como instigar autonomia com esse regime discursivo que deslegitima a hora da infância? Trata-se de uma narrativa que coloca o infante em um lugar de incapacidade de lidar com o que se imagina “real”, para tomada de decisões e assuntos “sérios”. E aqui não pretendemos com isso endurecer a lógica da infância e deslocar esse modo adulto de ser como um modelo a ser replicado mais cedo. Ignoramos que “a criança possui senso aguçado mesmo para uma seriedade distante e grave, contanto que esta venha sincera e diretamente do coração”. (BENJAMIN, 2004, p.55). É essa a beleza que recuperaremos no processo de infanciar a vida.

Ao me aproximar da participação das infâncias na construção das cidades, passei a me questionar sobre um lugar mais amplo de participação social na infância. Ouvindo os infantes que caminharam ao lado no processo de mestrado já citado, fora necessário a invenção de outras línguas, ouvidos, narizes e toda uma outra sensibilidade. Fora preciso um reaprender que incluía pensar a metodologia e as epistemologias que auxiliariam nesse encontro com as crianças grandes e pequenas. Dos restos que compunham o processo de escrita, surgem como questões que me inquietam enquanto pesquisadora, enquanto psicóloga, enquanto uma mulher adulta... podem as crianças mudar o mundo? Noguera (2019), ao articular infância, política e espiritualidade em uma afroperspectiva, traz à cena um conto iorubano onde crianças colocam a morte para dançar. Gostaria de propor essa imagem como uma imagem que nos acompanhasse durante esse percurso de pensamento. A imagem que inspira este pesquisar. Crianças que colocam a morte para dançar: o poder da infância, a mais valia da vida.

Desde aí, comecei a pensar nos espaços efetivos de participação democrática das infâncias. Nas falas que me acompanharam durante o trabalho de dissertação, tivemos dificuldade de os encontrar quando falavam de dentro de suas casas, quando falavam de suas comunidades, quando falavam de suas cidades. Não os encontramos como espaços institucionalizados, mas percebemos suas brechas. Ficam então como questões abertas desse

caminhar: gostaria a infância de um espaço institucional para o exercício da democracia? Seria mesmo isso? Será a democracia um lugar aonde chegarei no percorrer desse pesquisar? Teríamos que dar conta de uma outra coisa, ainda encoberta, desconhecida, para pensar infâncias e participação, infâncias mudando nossos mundos? Processos brincantes e democráticos podem estar em diálogo?

Ficam para ventos futuros... agora acompanhada de uma infância que carrego dentro de mim. Ainda mais implicada, mais desejosa. Em suma, parece fundamental que a liberdade da infância possa vir a ser, que caiba no mundo ainda que tenhamos que abrir espaço para isso, que ela possa compor junto e que não seja cerceada pela ansiedade dos projetos colonialistas antes aqui apresentados. Restringir essa liberdade pode significar a impossibilidade de se construir como um corpo curioso que está em vias de dizer a cidade e aprender a dizer a sua palavra. Todos e todas perdemos, adultos e crianças.

## **V: A ÚLTIMA HISTÓRIA: “E QUANDO É QUE VAMOS COMEÇAR A FAZER O QUE EU QUERO?”**

Das muitas coisas que acontecem no tempo de uma pesquisa, a minha preferida é quando uma espécie de contágio começa a operar. E depois de todo percurso, decido insistir nessa como a claquete que encerra esse caminhar. No primeiro ato, pereço carecer de um profundo enamoramento do tema: circulo pelas cidades atenta às pistas e aos rastros dos vagalumes (DIDI-HUBERMAN, 2011), busco e farejo cenas para, logo em seguida, ter a sensação de que não preciso mais ir ao encontro delas, são elas que começam a vir a mim. No segundo ato, apodera-se de mim o desejo de sair contando essas imagens cotidianas e as descobertas poéticas e teóricas que tenho feito no caminho: são imensos e incontáveis áudios, fotos, histórias que passam a habitar encontros de finais de semana, conversas de whatsapp e pequenos textos que surgem nos papéis disponíveis e ao alcance das mãos. Esse desejo-troca passa a acontecer sem muita intencionalidade. Bem, na verdade ao menos sem um mapa feito a priori. A intencionalidade surge quando percebo uma fagulha de interesse do outro que escuta ou quando, em suas falas outras, reconheço comuns. O terceiro ato é o que me move no caminho de cartógrafa, quando as vozes também tomadas em alguma medida pelo contágio, retornam e se incorporam ao texto. O início de uma coletividade na produção acadêmica.

É assim que conheço a história que protagoniza essa terceira cena: o mesmo colega que me provoca a me encontrar com o plano diretor de Porto Alegre conta de como quando, aos quatro anos, seu filho intervém para sempre na forma como as decisões em família são tomadas. Isaías<sup>16</sup> têm dois filhos pequenos e prioriza a circulação deles pela cidade. Em suas fotos nas redes sociais, vou me incendiando (já estou contagiada) ao vê-los em lugares queridos por mim da capital: inventando danças e mergulhos nas intervenções na Casa de Cultura Mario Quintana, nas exposições culturais várias, brincando nas praças, fazendo presença em atos que emergem pela justiça. Em nossas conversas, compartilho com ele o desejo de pensar, no caminho de olhar para intervenções da infância nas cidades, a importância do reconhecimento e do aprendizado de se entender um corpo político. Isaías me interpela: “muito antes de eu nascer, há muitas gerações, eu já era um corpo político”. Vamos trocando o que isso significa quando operam atravessamentos de raça, classe e gênero. Diante desse papo, a pergunta: mas quando é que isso

---

<sup>16</sup> Uso do nome real autorizado e desejado pelo colega.

vem como uma espécie de consciência? E será que isso importa, uma vez que todo corpo é político, esse preciso momento do reconhecimento?

Isaías traz pra roda o fatídico momento: passeavam pelo mercado, já no fim do dia, quando seu filho pede para ir à uma loja de doces que fica no centro da cidade. Diante da negativa do pai e de uma fagulha potente em que percebe não ter autonomia sobre a organização dos dias que vivia com o pai e a irmã, a infância ganha palavra – ganha não, reclama a palavra. E o que emerge é essa voz:

*“pai,  
eu tomei café por que tu quis,  
almocei por que tu quis,  
tomei banho por que tu quis,  
tirei soneca por que tu quis,  
estamos aqui no mercado por que tu quis,  
**Quando é que a gente vai começar a fazer  
O que eu quero?”***

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 461-474, 2014.

ALMEIDA, Tiago; COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia Infantil: enfoques metodológicos seguidos de experiências com crianças e jovens de Portugal e Brasil. **childhood & philosophy**, v. 17, 2021.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ARFUCH, Leonor. Memoria y autobiografía. **Exploraciones en los límites**, v. 1, 2013.

BANDEIRA, L. V.; COSTA, L. B. Cartografias Infantis: a cidade pela criança, a fotografia pela infância. **Arte Sesc**, v. 13, p. 54-57, 2013.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo: Summus, 1999.

BAPTISTA, L. A.; LAGES E SILVA, R. A cidade dos anjos do improrrogável / The city of the angels of unextendable. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 49-73, 2017. DOI: 10.22456/2238-152X.71867. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/71867>. Acesso em: 9 out. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, p. 224-225, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Duas Cidades/Editora 34, 2004.

\_\_\_\_\_. **A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin**. Nau Editora, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: **Voices**, p. 5-58, 2002.

\_\_\_\_\_. A identidade racial em crianças pequenas. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**, p. 98-117, 2012.

\_\_\_\_\_. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BERTELLI, Giordano Barbin; FELTRAN, Gabriel. **Voices à margem: periferias, estética e política**. EdUFSCar, 2017.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. I. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288p.

BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária**. Veneta, 2021.

BISPO, Antônio dos Santos. **A Terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, 112 p.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, p. 20-28, 2002.

*Câmera viajante* (2007). Direção: Joe Pimentel, Brasil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TtsRkHITbgo>> (Acesso em 10 de setembro de 2022).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 20 set. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2006.

COIMBRA, Cecília Maria B. **Produção do medo e da insegurança**. 2008.

COSTA, Luciano Bedin da et al. Por que uma zona de investigações poéticas?. **Quaestio: revista de estudos de educação**. Vol. 23 n. 3 (2021), p. 35-54, 2021.

COSTA, Luciano Bedin da; SOARES, Leila da Franca; ALMEIDA, Tiago. “Vamos perguntar aos miúdos algo que nós não conhecemos, nem eles, vamos descobrir juntos”: notas sobre cartografia infantil e pandemias. **Cartografia: insurgências metodológicas e outras estéticas da pesquisa**, p. 69-88, 2022.

COUTO, Mia. **Mulheres de cinzas: as areias do imperador** – uma trilogia moçambicana. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Livro 1.

CRIANÇA, a alma do negócio. Produção: Estela Renner e Marcos Nisti. São Paulo: Maria Farinha Produções, 2007. 90 min. Color. Port.

DE BARROS, Manoel. Meu quintal é maior do que o mundo. **Rio de Janeiro: Objetiva**, p. 149, 2015.

\_\_\_\_\_. **Memórias inventadas**. Alfaguara, 2018.

DELEUZE, G. Nietzsche e a filosofia. Trad. de Mariana de Toledo Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n. 1 edições, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos vaga-lumes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. Quando as imagens tomam posição: o olho da história, 1. 2017.

DUTRA, Estella Maris da Silveira. Saúde, cultura e gentrificação: análise da construção do Complexo Cultural do Porto Seco em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, 2017.

ESCOBAR, Arturo. Projeto/ar como a cura da teia da vida – Entrevista de Céline Veríssimo. **Redobra: insurgências coloniais**. UFBA, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Tradução de Renato da Silveira.

FERRADA, María José. **Crianças**. Rio de Janeiro, RJ: Pallas Míni, 2020. 76p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 144 p. Organização de Ana Maria Araújo Freire.

GALLI, Tânia. A cidade subjetiva. **Cartografias e devires**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GOBBI, Marcia Aparecida et al. As crianças e o direito à cidade: reflexões sobre o inadiável. **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**, 2022.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; LEITE, Maria Cristina Stello. As crianças e o direito à cidade: notas sobre o imprescindível. Em: **Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2021.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOOKS, Bell et al. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática; tradução Bhuvi Libanio**. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. Nota Técnica, n. 17. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias urbanas. **PARDO, AL A teatralidade do humano**. São Paulo: Edições SESC SP, 2011.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016. 310 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das letras, 2020.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Autêntica, 2004.

MACHADO, Vanda. **Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira**. SciELO-EDUFBA, 2019.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: Poéticas do corpo tela. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019.

\_\_\_\_\_. Denúncias e pronúncias: estudos afroperspectivistas sobre infâncias e educação das relações étnico-raciais. **Childhood & philosophy**, v. 16, 2020.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. **Rev Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.44., n.2, e.88632, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPF/?lang=pt>. Acesso em 20 de Setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Zona de emergência de infâncias: um tempo, uma experiência e tantas vidas. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 23, n. 1, p. 113-132, 2021.

\_\_\_\_\_. Exu, a infância e o tempo: Zonas de Emergência de Infância (ZEI). **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 48, p. 533-554, 2020.

ONDJAKI. Os da minha Rua. Rio de Janeiro: Pallas, 2021. 128 p.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação In: Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 2009.

PÉLBART, Peter Pál. Da função política do tédio e da alegria. **Cartografias e devires: a construção do presente. Porto Alegre: EDUFRGS**, p. 69-78, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. 2002. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos\\_de\\_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237\\_02.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF)> Acesso em: 07 de nov. de 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **Partilha do sensível**. 2009.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. n-1 edições, 2019.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula editorial, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2013.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. Editora Companhia das Letras, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.